

# AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2

BOLÍVIA  
COLÔMBIA  
EQUADOR  
PERU  
VENEZUELA



EDITORA  
  
UnB

---

“Há uma história interna das coisas que nem sempre se correlaciona bem com a lógica do mundo.” A afirmação é de René Zavaleta Mercado, um dos analistas deste segundo volume da série **América Latina: história de meio Século**, ao discorrer sobre a situação vivida na Bolívia durante o período de 1932 a 1975. Este segundo volume traz também estudos sobre o período de 1925 a 1975 dos quatro países que, juntamente com a Bolívia, compõem o chamado grupo “andino” (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

A afirmação feita por Zavaleta Mercado, assentada na falta de lógica e cooperação da comunidade boliviana, pode ser estendida aos demais países andinos, que não conseguiram superar suas dificuldades internas e alcançar **status** de bem-estar para seus povos. Devido a este aspecto idiossincrático, o panorama histórico desses países, repetido alternadamente, é bastante semelhante: luta das classes populares contra as oligarquias que detêm o poder, primordialmente por meio de intervenção militar.

É nesta ambiência política, que permite às nações imperialistas ditar o dia-a-dia dos povos andinos, que se consumam as guerras civis e os golpes militares. Tamanha instabilidade se reflete na inquietação com a ordem interna e com a militarização do Estado destes povos que, embora vizinhos, ainda não se descobriram.

FLÁVIO CASTRO

---

---

**AMÉRICA LATINA:  
História de meio século:**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Cristovam Buarque  
Vice-reitor: João Cláudio Todorov

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

*Conselho Editorial*

José Caruso Moresco Danni — presidente  
José Walter Bautista Vidal  
Luiz Fernando Gouvêa Labouriau  
Murilo Bastos da Cunha  
Odilon Ribeiro Coutinho  
Paulo Espírito Santo Saraiva  
Ruy Mauro de Araújo Marini  
Timothy Martin Mulholland  
Vladimir Carvalho  
Wilson Ferreira Hargreaves

*Coordenação da Coleção “Pensamento Latino-Americano e Caribenho”*

Geralda Dias Aparecida  
Ruy Mauro Marini  
Vitor de Paes Leonardi

# AMÉRICA LATINA

## HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO

Volume 2

*Pablo González Casanova (org.)*

*René Zavaleta Mercado*

*Antonio García*

*Agustín Cueva*

*Julio Cotler*

*D. F. Maza Zavala*

*Tradução: Marcos Bagno (Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela)*  
*Alberto de los Santos (Equador)*

EDITORA  
  
UnB

Este livro ou parte dele não pode  
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização  
escrita do reitor.

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília  
Campus Universitário - Asa Norte  
70910 - Brasília, Distrito Federal

Título original:

*América Latina: história de médio século*  
Copyright 1977 by Siglo XXI Editores, S.A.

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial:

Esmeraldino Henrique da Silva  
Patrícia Maria Silva de Assis  
Thelma Rosane P. de Souza

Arte Final:

Valperino Andrade

Supervisão gráfica:

Antonio Batista Filho

Capa:

Nanche Las Casas

ISBN

85-230-0257 - x

Ficha Catalográfica

elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

A512L América Latina: história de meio século/ Pablo  
González Casanova, org.; [colaboradores]  
René Zavaleta Mercado ... [et al.]; tradução  
de Marcos Bagno e Alberto de los Santos.  
— Brasília : Editora Universidade de Brasília,  
c1988.

337 p. (Coleção pensamento-latino-ame-  
ricano e caribenho ; 2)

Título original: America Latina : história de  
medio siglo.

970/980 (7/8 = 4)

González Casanova, Pablo, org.

Mercado, René Zavaleta, colab.

Bagno, Marcos, trad.

Santos, Alberto de los, trad.

série

## SUMÁRIO

Prefácio.....	7
1. Considerações gerais sobre a história da Bolívia (1932-1971). <i>René Zavaleta Mercado</i>	15
2. Colômbia: meio século de história contemporânea .....	75
<i>Antonio García</i>	
3. Equador: 1925-1975 .....	133
<i>Agustín Cueva</i>	
4. Peru: estado oligárquico e reformismo militar .....	175
<i>Julio Cotler</i>	
5. História de meio século na Venezuela: 1926-1975 .....	233
<i>D. F. Maza Zavala</i>	



# *COLÔMBIA: MEIO SÉCULO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA*

Antonio García

## *I. ABERTURA CAPITALISTA E CRISE DA REPÚBLICA SENHORIAL*

A história contemporânea da Colômbia se inicia com as profundas mudanças ocorridas na conjuntura do primeiro período pós-guerra no sistema capitalista de mercado mundial — que se desloca da Inglaterra para os Estados Unidos em seu centro dinâmico —, assim como nas transformações internas originadas na fulminante crise da república senhorial e na configuração de um novo modelo de capitalismo subdesenvolvido e dependente. Nunca antes, na história da sociedade colombiana, se haviam produzido, em tão curto tempo, tão complexas, profundas e aceleradas mudanças. Sequer as guerras de Independência conseguiram provocar uma semelhante reacomodação espacial e econômica da sociedade colombiana, razão pela qual as aristocracias latifundistas e mineiras conservaram o controle da riqueza, da cultura e do poder do Estado, conseguindo desviar os objetivos revolucionários e preservar as estruturas agrárias, sociais e econômicas da época hispano-colonial. Por outro lado, a devastadora exploração inglesa das minas de ouro e prata, as depredatórias formas coloniais da economia extrativista — gomas, alcalóides, madeiras tintórias etc. —, o reduzido âmbito de operação da economia tabaqueira, os modos de controle dos mecanismos de manipulação financeira e comercial, não tinham a capacidade de propagar um modelo geral de organização capitalista na sociedade colombiana do século XIX, nem de propiciar uma decomposição das estruturas hispano-coloniais em que se apoiavam a hegemonia das aristocracias latifundistas e os novos andaimes do imperialismo inglês. As formas capitalistas instauradas na mineração de metais preciosos, nos ramos ferroviários articulados ao sistema transportador rio Magdalena-Atlântico ou na concentrada agricultura do tabaco funcionaram como enclaves, sem irradiação no contorno econômico-social e nunca chegaram, por conseguinte, a desencadear forças que houvessem questionado a estrutura latifundista, as relações sociais fundamentais no colonato e nas parcerias servis, o arcaico e hermético sistema de mercados locais. A agricultura tabaqueira não alcançou operar como uma força motora da reacomodação espacial e histórica da sociedade colombiana, porquanto o cultivo se circunscreveu a três áreas agrícolas já exploradas e valorizadas comercialmente e porquanto se conservaram os padrões tradicionais de distribuição da riqueza agrícola em favor dos proprietários latifundistas das terras aluviais e dos comerciantes ingleses: esta foi a forma histórica de produ-

ção e exportação do tabaco desde 1858 até a formação da agricultura nacional do café. O acontecimento fundamental nas últimas décadas do século XIX foi a colonização antioqueña do vale do Cauca por meio da plantação cafeeira, a pequena quinta familiar e a ocupação progressiva das vertentes andinas por uma enérgica mobilização de camponeses sem terra. Diferentemente do ocorrido com a agricultura tabaqueira, a plantação de café se desenvolveu nas terras baldias e boscosas das vertentes, isto é, no vasto cinturão subtropical que conservou no século XIX a incomunicação quase absoluta entre as regiões de altura — vales, altiplanos, páramos — e os vales baixos, as despovoadas lhanuras do oriente, a inexplorada selva amazônica e os abandonados litorais do Atlântico e do Pacífico. Uma característica generalizada da república senhorial — na Colômbia, na Bolívia ou em outros países andinos — foi sua constituição como um arquipélago de regiões incomunicadas e desconexas, o desconhecimento da vida marítima, a concentração da vida social e política em certas ilhotas de terra interior e a configuração de um sistema de transporte ligado exclusivamente ao mercado da nação hegemônica. As terras de vertente — tendo sido adjudicadas as regiões baldias nos vales, litorais e altiplanos dentro dos mesmos padrões característicos do latifundismo senhorial — não eram aptas para se reproduzir nelas o sistema tradicional de herdades extensivas e com desproporcionado açambarcamento de recursos físicos, já que o novo regime de tenência e exploração teve de fundamentar-se no trabalho direto da família camponesa, tanto no processo de desmatamento quanto no de criação de novas unidades produtivas. Do ponto de vista dos processos de colonização ocorridos nas regiões nórdicas da bacia do rio Cauca — quase simultaneamente com as guerras civis que assolaram o extenso e rico cenário dos Andes orientais —, quatro foram os elementos mais significativos que tornaram possível a associação da economia cafeeira com as novas formas sociais de assentamento: o café suave exige técnicas de cultivo e benefício altamente seletivas e abundante mão-de-obra familiar; a plantação pode associar-se, ainda na etapa de sua formação, com um variado complexo de culturas de subsistência (feijão, milho, banana) e com uma pecuária caseira de bovinos e suínos; a plantação cafeeira, diferentemente dos cultivos tradicionais, possui uma levada densidade de valor por hectare; e — antes de efetuar-se o encampamento da comercialização por meio de companhia estrangeira — os modos de distribuição da renda agrícola existentes produziram uma verdadeira explosão dos consumos, uma densificação das correntes migratórias e uma proliferação do sistema de povoados. Sem este processo de formação de uma nova estrutura agrária — integrada à dinâmica do mercado externo e fundamentada no emprego gratuito da abundante mão-de-obra familiar — seriam incompreensíveis os fatos mais significativos nas primeiras fases da modernização capitalista da sociedade colombiana: a emergência de certas classes médias rurais, a formação original de uma primeira rede de centros urbanos, a dinamização da organização municipal — em con-

carom g.  
ca feira

traste com a indigência do município nas regiões latifundistas — e a nucleação dos grandes centros metropolitanos do ocidente colombiano: primeiro Medellín, vinculado ao auge da indústria têxtil e à comercialização e processamento do café originado no integrado cenário da colonização antioqueña; e mais tarde Cali, uma vez que a abertura do Canal do Panamá tornou viável a conclusão da ferrovia do Pacífico, a expansão da fronteira agrícola nas zonas de vertente da cordilheira central — seguindo as mesmas linhas da colonização antioqueña — e a definição de uma nova via exportadora. Ficaram assim articulados neste curto ciclo histórico os sistemas transportadores do Atlântico e do Pacífico, os quais em decênios posteriores determinariam a orientação da infraestrutura física de integração da sociedade colombiana. Nestas condições históricas, o que requeria a economia cafeeira para transformar-se em força motora de uma nova estrutura agrária e de um sistema nacional de mercado era uma conjuntura excepcional de expansão dinâmica das exportações e de modificação qualitativa das correntes importadoras, tal como ocorreu no decênio de 1920. O novo processo se iniciou no pós-guerra mundial, a partir da notável abertura do mercado norte-americano e do firme incremento dos preços do café. O auge cafeeiro de 1923 a 1928 determinou a imediata expansão da fronteira agrícola, duplicando-se praticamente a área semeada de 183 mil 445 hectares para cerca de 360 mil hectares. A posição colombiana na produção mundial serviu para se estabelecer uma nova hierarquia econômica — ascendendo de 5.7 por cento em 1909 para perto de 9 por cento em 1925-1926 — e também para definir o esquema de divisão internacional de trabalho no qual os países produtores se limitavam a exportar — por meio de corporações transnacionais especializadas na comercialização de produtos do trópico — matéria-prima destinada à indústria norte-americana de processamento e comercialização do grão tostado, moído ou solúvel. O valor anual do comércio passou de 61 milhões de dólares em 1913 para mais de 200 milhões de dólares em 1929, incluindo as exportações desnacionalizadas correspondentes ao enclave colonial (petróleo, bananas e platina). A nova estrutura exportadora repousou sobre dois pilares principais; a crescente participação norte-americana no comércio exterior da Colômbia, que subiu de 37 por cento em 1913 para 67 por cento no final da década; e o sistema de enclave colonial organizado sobre economias de singular dinamismo como as do petróleo e da banana. Esta estrutura de dependência explica por que o país não estava em condições de financiar a infraestrutura física com recursos originados das vendas externas e por que o Estado teve de recorrer à inversão privada direta e ao endividamento público externo. A inversão direta norte-americana — registrada — passou de 4 milhões de dólares em 1913 para 30 milhões em 1920 e cerca de 280 milhões em 1929: a produção e exportação de petróleo se incrementou vertiginosamente, de cerca de 200 mil barris em 1922 para 6,5 milhões em 1926 e para mais de 20 milhões entre 1928 e 1929, chegando a representar cerca de 2 por cento da produção

mundial. O refino de gasolina pelas filiais da Standard Oil e da Shell subiu de 25 mil barris em 1922 para 334 mil 500 em 1929 e um milhão de barris de óleo diesel, articulando-se ao desenvolvimento do mercado de veículos automotores e constituindo-se no método de financiamento das operações internas. Definiram-se assim as características da exportação desnacionalizada e do enclave colonial, enquanto o valor das vendas externas do petróleo cru não regressou ao circuito da economia nacional, financiando-se o pagamento de salários, impostos e regalias (custos locais) por meio do refino e venda no mercado interno de gasolina e lubrificantes aos preços de Nova Iorque. Outro tanto ocorreu com a economia bananeira, organizada como uma moderna agricultura numa das áreas mais protegidas do mar do Caribe e dentro das regras coloniais do sistema de *plantation*: no período 1925-29 a exportação bananeira representou 6 por cento das exportações totais.

Entre 1920 e 1930 o país exportou no total 1.100 bilhão de dólares, enquanto no decênio 1909-19 apenas havia chegado ao nível dos 360 milhões de dólares: a capacidade importadora gerada nesta corrente de exportações físicas foi na década de mais de 1.000 milhões de dólares, correspondendo cerca de três quartas partes às compras nos Estados Unidos e 28 por cento à importação de máquinas e equipamentos na década de 20. A incidência desta dinâmica comercial gerou uma das mudanças mais revolucionárias na configuração de um sistema nacional de mercado, no transbordamento das economias locais e na superação das formas comerciais características da república senhorial: a integração física do país por meio de ferrovias e rodovias, primeiro seguindo as linhas impostas pela *integração para fora* — em direção ao mercado do centro hegemônico — e logo, a partir dos anos trinta, em pleno auge da industrialização substitutiva e da república liberal e burguesa, no desenvolvimento de uma deliberada política de *integração para dentro*.

Ficava assim demonstrada a ambivalência deste tipo de processo, enquanto modificaram sua natureza e mudaram de significação histórica. De acordo com esta experiência, o mercado interno, como condição e força motora do crescimento capitalista, não se formou por geração espontânea e como efeito mecânico de uma súbita abertura do setor agrário exportador — foi, isto sim, o produto de um longo processo de articulação, de superação e deslocamento de formas, limites e métodos de operação do sistema de mercados locais: tipos e qualidades, sistemas de pesos e medidas, formas de acumulação e de formação dos preços, condições espaciais de confrontação da oferta e da procura. Por outro lado, não eram suficientes as obras de integração física: foram necessárias as mais intensas pressões da burguesia comercial e manufatureira, assim como das correntes políticas adversas à fazenda pública consuntiva e arbitrista — ao longo do comocionado ciclo da república liberal — para que fosse demolido um dos obstáculos políticos institucionais que bloqueavam o processo de integração econômica: o sistema de *alfândegas internas* que resguarda-

vam os monopólios fiscais operados pelas fazendas públicas dos departamentos(\*). As fases de transformação histórica do mercado interno expressaram, dialeticamente, os graus e formas de desenvolvimento do capitalismo na sociedade colombiana, nos diversos ciclos que compreendem sua história contemporânea.

Em 1924, as estradas de ferro mobilizavam 1,7 milhão de toneladas de carga, correspondendo às regiões cafeeiras mais de 800 mil toneladas: neste mesmo ano, as seis linhas férreas vinculadas à economia do café transportavam 93 milhões de toneladas-quilômetros e se registrava o mais rápido crescimento da rede ferroviária. No entanto, a nova dinâmica do sistema viário e transportador esteve mais estreitamente vinculada com a construção de rodovias, entre outras coisas porque estas constituíam o suporte material de um novo tipo de mercado: o do veículo automotor, associado tanto ao aparato industrial com maior dinamismo e mais avançada tecnologia da nação metropolitana, quanto às corporações multinacionais produtoras e distribuidoras de gasolina e lubrificantes. A abertura deste mercado esteve vinculada, por conseguinte, com a política dos prestamistas norte-americanos orientada para o financiamento da construção de estradas, iniciando-se historicamente uma nova fase da atividade econômica do Estado: a de construção de uma infra-estrutura física e a de prestação direta de serviços. Esta foi a razão por que o grosso dos 200 milhões de dólares chegados ao país entre 1923 e 1928 — além da ignominiosa *indenização* de 25 milhões de dólares que os Estados Unidos pagaram por sua participação político-militar na separação do Panamá — se houvesse canalizado para estradas, ferrovias e obras portuárias. Em 1930, a inversão pública em rodovias ascendia a 23 milhões de dólares registrando-se uma rede de rodovias em serviço de 5 mil 743 quilômetros e concentrando-se a terça parte delas nas três regiões com maior acumulação de recursos (Cundinamarca, Antioquia e vale do Cauca). Nos anos seguintes, a rede rodoviária aumentou em 53 por cento, desempenhando um papel substancial na expansão e densificação do sistema nacional de mercado, assim como na aceleração dos processos, simultâneos, de urbanização e de metropolização. Reproduzia-se assim, no âmbito da economia colombiana, a lei do desenvolvimento desigual, característica do capitalismo em todos os níveis. O primeiro efeito direto da formação desta nova infra-estrutura física foi o espetacular incremento na demanda de automotores e acessórios, de procedência norte-americana, registrando-se um coeficiente de 1.593 por cento entre 1922 e 1928; e o segundo, a progressiva demanda de gasolina e lubrificantes produzidos e distribuídos internamente pelas multinacionais. O regime colonial de adjudicação de áreas petrolíferas garantia às companhias estrangeiras a propriedade privada sobre o subsolo de certos territórios, a consti-

---

\* *departamento*: divisão administrativo-política do território colombiano (N. do T.).

tuição incontrolada de reservas, os baixíssimos níveis de taxas e impostos, a liberdade cambiária absoluta — incluindo a liberdade para exportar petróleo cru e para operar no mercado interno em condições monopólicas —, assim como a não intervenção do Estado nas relações operário-patrão nas áreas do enclave. O fato de que uma das forças hegemônicas da república senhorial tivesse sido a aristocracia latifundista, de que se houvesse conservado a política de adjudicação ilimitada e irrestrita de terras baldias e de que se houvesse propagado a imagem de um imperialismo altruísta, missionário e interessado na introdução das formas mais modernas da cultura capitalista definiu o caráter da política de concessões e precipitou a formação de um sistema colonial de latifúndios petrolíferos que na primeira época da república liberal tinha já uma extensão superior aos dois milhões de hectares.

Apesar da dinâmica da agricultura vinculada à corrente inovadora do mercado externo — ou mais exatamente, do mercado da nação hegemônica —, conservou-se quase intacta a estrutura do latifundismo senhorial no antigo Cauca, em Huila, em Tolima, em Nariño, nos Andes ocidentais, em Boyacá e em Cundinamarca nos Andes orientais, assim como no imenso deserto verde das planícies da Orinoquia e do Meta, prevalecendo as relações servis de colonato, peonagem e arrendamento. A colonização das encostas andinas completou o processo de ocupação das *terras interiores de reservas*, adjudicadas por mérito de guerra ou por compra de títulos de dívida pública. Em princípios do século, a adjudicação de terras esteve perto dos dez milhões de hectares, operando mais no sentido de sustentação e reprodução da estrutura latifundista que no de expansão da fronteira agrícola ou no de propagação de novas formas de povoamento. Ao iniciar-se a franca decomposição da economia senhorial, esta podia caracterizar-se pelo seguinte repertório de elementos: propriedade da terra altamente polarizada, prevalecendo o esquema global de consiganação dos recursos físicos existentes na colônia espanhola e fundamentado na destinação das melhores terras ao pasto natural e à pecuária extensiva — tal como foi característico dos ciclos clássicos de estancieros e *encomenderos* — e as piores terras, localizadas nas encostas erodíveis da cordilheira andina, à agricultura de enxada, altamente intensiva nas superpovoadas áreas de minifúndios e comunidade indígena; relações sociais fundamentadas no colonato, no arraigo à terra, na ética das lealdades à família senhorial, nas obrigações pessoais ou servis da população camponesa imersa na constelação latifundiária; comercialização da produção originada nas fazendas, comunidades indígenas e minifúndios nos mercados locais (em 1925, de cerca de um milhão e meio de hectares incorporados ao sistema de herdades, cerca de um milhão se destinava ao consumo rural, 152 mil ao consumo urbano e os restantes à exportação); estrutura de poder concentrada num patriciado latifundista — fazendeiros do Cauca Grande, do Tolima Grande, de Bolívar e Magdalena, de Boyacá e Cundinamarca —, cuja hegemonia foi absoluta durante quase todo o século XIX e as

PATRICIADO  
LATIFUNDISTA

primeiras décadas do século XX. Os fenômenos do *gamonalismo*\*, das clientelas e lealdades políticas, da transmissão dinástica do poder entre as grandes famílias, tomaram parte na organização e no sistema de valores da república senhorial, cuja crise se precipitou na medida em que se formou o sistema capitalista de mercado em que emergiram as novas forças sociais: a burguesia industrial e financeira, o proletariado urbano e rural, as classes médias, a nova peonagem. A drenagem e transformação da mão-de-obra camponesa se iniciou por meio de mecanismos de assalariamento nas obras públicas e nas primeiras tentativas de industrialização primária. A indústria têxtil aparecia associada a dois fenômenos: sua concentração na área metropolitana de Medellín e sua constituição como a espinha dorsal não só da indústria antioquenha como da colombiana. Por volta de 1925 funcionava em Medellín a metade dos teares existentes no país e se concentrava em suas fábricas têxteis, em suas debulhadoras e em suas empacotadoras, nas instalações vinculadas com a notável tradição mineira e empresarial de Antioquia uma massa operária de significação social e política. É possível que Medellín haja sido, neste ciclo, o mais enérgico centro urbano de condensação industrial e que o *grupo antioquenho* tenha representado mais de uma quarta parte da população nacional, próxima dos seis milhões de habitantes. Estas constituíram as primeiras forças geradoras do moderno processo de urbanização, no qual a cidade ganhou uma hierarquia própria como centro de polarização de recursos populacionais, econômicos, fiscais, culturais e políticos. Entretanto, o processo histórico de urbanização esteve longe de seguir um movimento coerente e linear, estabelecendo-se uma enorme distância entre a altíssima densidade da rede de cidades nas áreas de colonização antioquenha e cultura cafeeira como Caldas e a extrema debilidade do processo de urbanização em regiões latifundistas e pecuaristas como as savanas de Bolívar ou as planícies orientais. Em grandes traços, neste ciclo se definiram três processos diferenciados de urbanização: o que levou à estruturação das cidades de Medellín, Cali, Bogotá e Barranquilla, como centros não só político-administrativos, mas também manufatureiros, comerciais e configurados financeiramente para operarem como núcleos do novo sistema capitalista de mercado; o que se articulou através de uma rede de cidades portuárias vinculadas ao sistema transportador do rio Magdalena e posteriormente ao sistema ferroviário do Pacífico; e o que se desenvolveu primeiro na forma de casarios residenciais e logo se transformou numa densa constelação de cidades no cinturão andino e cafeeiro. Neste processo se produziram mudanças quantitativas e qualitativas de enorme importância, passando a população nacional de 5,86 milhões para 7,43 milhões, incrementando-se a população urbana de um milhão e duzentos mil para perto de dois milhões — entre 1918 e 1930 — e modificando-se radicalmente os padrões hispano-coloniais de povoamento.

---

\* semelhante ao que no Brasil chamamos *coronelismo*. (N. do T.).

A esta altura histórica da formação do sistema nacional de mercado, colocou-se a necessidade de uma revisão profunda do aparato bancário, adequando-o às novas necessidades da regulação monetária, creditícia e financeira. As características do *novo sistema* — desenhado prolixamente pela Missão Kemmerer em 1924 — respondiam ao propósito de transplantar o esquema norte-americano de banco central e de bancos comerciais orientados pelas leis do padrão ouro, pelas garantias reais e pela liquidez de carteira. Dentro destas pautas ideológicas se organizou o Banco da República como uma sociedade anônima dirigida pelos banqueiros acionistas, com uma participação inteiramente marginal do governo não obstante a constelação de privilégios de emissão, regulação monetária, intervenção nos câmbios internacionais e concessão direta de empréstimos e descontos. A reforma Kemmerer impulsionou a sociedade anônima como forma específica de organização dos grandes bancos comerciais, precipitando a concentração bancária e o vertiginoso desaparecimento do banco local entre 1924 e 1928.

Neste cenário e neste período de transformações nasceu o proletariado na indústria manufatureira concentrada nas cidades metropolitanas, nos enclaves neocoloniais do petróleo e da mineração, nas plantações de banana, nos sistemas transportadores do rio Magdalena e da ferrovia do Pacífico, nos entroncamentos do trânsito e nos portos. O mercado capitalista do trabalho tomava forma histórica, submetido à lei de ferro de três sistemas discriminatórios: o que diferenciava entre assalariamento na nação metropolitana — avaliado quantitativa e qualitativamente e negociado entre organizações de patrões e trabalhadores — e assalariamento no país dependente, avaliado só em termos quantitativos de jornada de trabalho e de relação mecânica entre oferta e procura de mão-de-obra; o que estabelecia a separação entre salários urbanos e salários rurais; e o que institucionalizava a diferença tradicional entre trabalho dos homens e das mulheres, dos adultos e das crianças. Neste novo tipo de mercado capitalista de trabalho, aplicou-se a política mercantilista de baixos salários como condição da acumulação originária, definindo os traços característicos da política trabalhista num Estado absolutista: carência de salários mínimos fixados estatalmente, dissociação entre produtividade e remuneração do trabalho, inexistência de prestações sociais ou de formas mínimas de previdência social, tratamento policial dos conflitos trabalhistas e agressiva ilegalização das lutas sociais e das formas novas do sindicalismo. Frente à burguesia que precocemente foi associando-se em fechadas estruturas de poder e frente a um sistema tradicional de partidos políticos que projetava as lutas, ideologias e condições da sociedade colombiana do século XIX, o movimento operário irrompeu como uma força revolucionária e verticalmente oposta ao absolutismo do Estado senhoriais e à rude hegemonia da nação imperialista. Diferentemente do ocorrido nas nações austrais de imigração européia, o proletariado colombiano nasceu sob o signo de uma prática revolucionária do sindicalismo e de uma concepção

do socialismo que vieram na revolução russa de 1917 o começo da revolução mundial. Dentro deste marco histórico apareceu o marxismo nos anos 20, mais como uma expressão de vontade de luta da classe operária e da pequena burguesia de intelectuais e estudantes do que como uma forma superior da ciência social e do pensamento crítico, dada a tradição absolutista e escolástica da educação colombiana dentro dos padrões culturais da república senhorial. De toda forma, esta foi a vigorosa força de conjugação que desencadeou e polarizou os diversos movimentos opostos ao arcaísmo no Estado senhorial: a insurgência de uma elite socialista de profissionais e estudantes; a posição crítica de certos setores renovados da classe política ou dos quadros mais perspicazes da burguesia; e a irrupção do primeiro movimento contra-revolucionário de novo estilo e inspirado nos filósofos europeus que posteriormente participaram na montagem ideológica do fascismo. Na universidade confessional da época não se ensinava nenhuma doutrina herética ou não ortodoxa, excluindo-se radicalmente não só o conhecimento de Marx, Engels, Fourier ou Proudhon, mas também o de Darwin, Descartes, Hegel ou Kant: o que explica que as juventudes rebeldes houvessem tido a capacidade de aderir às palavras de ordem revolucionárias do novo evangelho, mas não de pensar teoricamente e de criar — de frente aos problemas concretos de seu tempo — uma ideologia revolucionária. Mas o essencial neste processo de emergência das forças sociais de mudanças consistia na criação de duas condições elementares: uma, que punha em evidência a crise e a incapacidade operativa da república senhorial, de seu sistema de Estado e de partidos políticos; e outra, de progressiva emulsão desse conjunto de forças até transformá-las — no curso da mobilização política — numa opção revolucionária de poder. Os epicentros dessa mobilização foram incipientes cidades manufatureiras e artesanais como Medellín — na qual saltaram à cena política os líderes pequeno-burgueses e socialistas que melhor tipificam este ciclo histórico como Maria Cano, Ignacio Torres Giraldo e Tomás Uribe Márquez — e os centros operários do enclave neocolonial, como Barrancabermeja, no coração do rio Magdalena médio, ou como Aracataca, na zona bananeira do Caribe. A prática da luta social, mais que as concepções teóricas, operaram como fatores catalíticos neste processo de ascensão do movimento operário e na tomada de consciência sobre o problema da dependência imperialista. Em 1920 circulavam no país cerca de sessenta periódicos socialistas e cinco anos depois passavam de oitenta, desencadeando-se, progressivamente, um movimento grevista que começou a paralisar fábricas, ferrovias, instalações portuárias, empresas de navegação fluvial, que chegou a sua mais alta tensão nas greves que imobilizaram os enclaves do petróleo e da banana entre 1927 e 1928. A União Sindical de Trabalhadores do Magdalena, organizada vertiginosamente por Raúl Eduardo Mahecha, havia conseguido transformar-se, com uma afiliação de 32 mil 146 operários, na mais importante força trabalhista e política da costa atlântica. A greve punha em xeque não

só certas relações de trabalhos, mas sim a estrutura mesma do enclave neo-colonial. O governo decretou o estado de guerra e um exército de ocupação comandado pelo general Carlos Cortés Vargas acudiu em defesa da United Fruit, quebrando militarmente a greve bananeira por meio de uma implacável repressão que regou os campos da *plantation* com milhares de mortos. A mobilização popular aparecia, cada vez mais, como uma ameaça revolucionária, não só contra o Estado senhorial, senão contra o ordenamento mesmo da sociedade capitalista. A ação sindical e política das massas operárias e camponesas, assim como o pronunciamento das novas gerações universitárias, demonstraram ao patriciado liberal e conservador que os mecanismos de manipulação tradicional estavam rompidos, que o Estado havia perdido a legitimidade e a iniciativa e que a mobilização social podia não só desconjuntar as estruturas veneráveis da sociedade colombiana como derrubar e transformar as bases de um novo tipo de Estado liberal. O ponto vulnerável de semelhante mobilização — *a brecha histórica* — consistia em que podia desafiar o poder do Estado, mas carecia de organização e coesão para tomá-lo e administrá-lo. Por outro lado, a extrema radicalização do socialismo revolucionário levou-o a idealizar às condições históricas, a desprender-se de suas matrizes populares e a transformar-se num pequeno e ortodoxo partido comunista filiado à Terceira Internacional: completou-se assim, por volta de 1929, a fugaz parábola de um movimento que, tendo tido a capacidade de mobilizar os setores mais representativos da classe operária, do campesinado e das elites intelectuais da pequena burguesia, cedeu à tentação de transformar-se na mais pura, exígua e ensimesmada igreja revolucionária. Estas foram, precisamente, as brechas através das quais operaram as duas linhas defensivas de uma sociedade entre senhorial e burguesa: uma, de fortalecimento do aparato de força e de progressiva ilegalização das lutas sociais; outra, de diversificação tática, ao formar-se uma coalizão de elites liberais e conservadoras que tomaram, em 1929, a iniciativa na derrubada da hegemonia senhorial e na abertura política rumo a uma revolução democrática burguesa com participação do sindicalismo e das novas gerações socialistas. A depressão iniciada nos Estados Unidos em finais de 1929, com a queda dos preços do café e com a desarticulação da economia metropolitana, foi a conjuntura que tornou possível a mudança política no governo e a posterior instauração da república liberal. A divisão da Igreja católica e do partido de governo em relação ao problema das candidaturas presidenciais e a rápida formação da aliança bipartidária — na qual tomaram parte ativa os representantes mais audazes da burguesia industrial de Bogotá e Medellín — tomaram de surpresa o Estado senhorial e conseguiram mobilizar não só as classes e grupos beneficiários da modernização capitalista como também as próprias forças recém-chegadas ao cenário político — operários, camponeses, profissionais liberais, artesãos, estudantes e cuja aspiração mais imediata era a organização de uma democracia autêntica e de um Estado representativo, aber-

to, capaz de substituir a repressão pela negociação e a caridade privada pela organização assistencial. O baixo nível de consciência social, o efeito drástico da depressão importada, a sedução da burocracia pública e o chamariz de um campo aberto às reformas sociais transformaram a conjuntura revolucionária numa oportunidade de redefinir os conteúdos ideológicos e as formas de operação dos partidos liberal e conservador, incorporando a geração universitária, os intelectuais e os comandos operários que haviam aparecido sob o signo socialista da época, nos quadros intermediários ou altos do Estado como uma de suas forças de renovação social, administrativa e política. A manobra tática realizada ao redor da candidatura presidencial de Enrique Olaya Herrera — embaixador em Washington e personagem identificada com as linhas ideológicas do pan-americanismo expostas na conferência de 1928 — havia anulado radicalmente a operação estratégica representada na mobilização popular e havia desviado a pressão revolucionária das massas descontentes, criando as condições para o trânsito entre a república senhorial absolutista e a república liberal reformista, pragmática e burguesa.

## *II. APOGEU E CRISE DA REPÚBLICA LIBERAL*

A vitória da aliança bipartidária proposta pela inteligência perspicaz e pragmática de Alfonso López Pumarejo e apoiada, simultaneamente, pelas massas populares descontentes, pelo sindicalismo classista, pelas companhias petrolíferas e pela burguesia conservadora de Antioquia, aparecia como um caminho de trânsito rumo à república liberal. A depressão de 1930 era o começo de uma nova história: a que resultava como efeito das novas relações de dependência e da importação dessa crise cíclica que paralisava a economia capitalista através dos mecanismos de integração à metrópole. A drástica contração das exportações e a queda catastrófica dos preços do café a menos de dez centavos a libra provocaram uma redução ainda mais drástica das importações e o debilitamento do modernizado sistema transpostador. Entre 1929 e 1932 as exportações se reduziram de 122 para 67 milhões de pesos e as importações caíram de 650 mil toneladas para 18 mil, com valores de 142 e de 34 milhões de pesos, respectivamente. O problema da queda da capacidade exportadora se tornava mais complexo, enquanto as corporações do enclave conservaram não só a capacidade de exportação como o privilégio de não retornar ao país o valor em dólares das vendas externas. A depressão impôs a mais severa redução dos ingressos fiscais — caindo o orçamento estatal de 75 milhões em 1929 para 35 milhões de pesos em 1932 — e, simultaneamente, uma intensificação das pressões sobre o gasto público, já que o Estado — por subtração de matéria nesta fase do ciclo econômico — se constituía na única verdadeira força motora da atividade econômica e da estabilidade social. A natureza desta prática histórica foi, então, a que quebrou a ortodoxia livre-cambista e introduziu as formas

pragmáticas do *intervencionismo de Estado*, sem o qual não teria podido impulsionar-se o processo de industrialização substitutiva, nem teria conseguido organizar-se o mercado de câmbios internacionais, nem se teria levantado a possibilidade de uma hierarquização das importações, nem se teriam preservado as bases da organização bancária e financeira. Entretanto, semelhante trânsito da ortodoxia do liberalismo econômico para certas formas pragmáticas do intervencionismo estatal não se efetou tão rapidamente como na metrópole, já que exigiu não só um aprofundamento da crise e uma generalização das pressões internas entre 1930 e 1932, como também uma mudança nas posições ideológicas do governo norte-americano. Não obstante o bloqueio quase catastrófico da economia dos Estados Unidos, as corporações transnacionais e o banco privado pressionaram sobre o governo de Olaya para preservarem o estatuto do liberalismo econômico tal como havia sido projetado pela Missão Kemmere. O banco central se negou a modificar, durante os anos mais duros da crise, suas normas sobre padrão ouro, cobrança das dívidas, empréstimos e descontos e ortodoxa hegemonia dos banqueiros. A política de moratória das dívidas se desenhou e se aprovou quando um grupo de grandes acionistas dos bancos comerciais já havia adquirido, em processos de leilão, as terras agrícolas hipotecadas durante o período da inflação.

O esquema econômico do governo de Olaya se havia sustentado, originalmente, no critério de que só por meio de financiamento norte-americano, de empréstimos públicos e de inversão privada direta poderia reabilitar-se a economia em crise, restabelecer-se a capacidade importadora e incrementar-se a afluência de ingressos tributários do Estado. Este surpreendente esquema — que parecia ignorar a natureza da depressão e o estado de bloqueio da economia norte-americana — guiou a política do governo até 1932, observando estritamente as regras ortodoxas do padrão ouro e as normas de extrema fidelidade que caracterizam a cultura de dependência. Não obstante a capacidade de pagamento ao exterior ter-se reduzido à metade entre 1928 e 1931, o governo só suspendeu o serviço financeiro da dívida externa nos finais de 1932, com o objetivo de conservar — perante o investidor norte-americano — o ingênuo prestígio de devedor honorável. Nos níveis mais baixos da crise, quando as potências capitalistas haviam decretado a moratória de pagamentos, o governo de Olaya se viu obrigado a estabelecer o controle de câmbios, a regulamentação das importações e a venda obrigatória ao banco central dos dólares originados nas exportações. No entanto, o presidente Olaya criou um sistema de protecionismo invertido, liberando as corporações do enclave — Tropical Oil, United Fruit, Chocó Pacífico — da mencionada obrigação de vender os dólares obtidos nas vendas externas. As exportações desnacionalizadas — que no auge da república liberal chegaram a representar 37 por cento das exportações totais — ficaram amparadas por meio da instituição de um *mercado livre de câmbios*. A estas condições de exceção se agregou o fenômeno de repatriação

de capital norte-americano, ascendendo a 65 milhões de dólares no período de 1932 a 1939: uma média anual de 19 milhões de dólares entre 1932 e 1934 e de 23,6 milhões de dólares entre 1935 e 1939. No período de 1932-34 o ingresso de capital foi de pouco mais de sete milhões de pesos enquanto a remessa de lucros e juros ultrapassava o nível dos 96 milhões de pesos. Na aplicação das mesmas linhas ideológicas do esquema de Olaya, a partir de 1931 se expediu a nova lei de petróleo — com a natural assessoria de uma missão norte-americana — fundamentada no conceito governamental acerca da necessidade de atrair o inventismo estrangeiro por meio de uma política de privilégios e isenções, contratos de concessão por 30 anos prorrogáveis e magnitudes de até 50 mil hectares por concessionário. Sob o império desta lei — inspirada no menosprezo absoluto pelos recursos naturais não renováveis —, o território colombiano se transformou numa reserva das companhias estrangeiras, chegando a área de concessões e contratos a 19,5 milhões de hectares, embora a área efetiva de exploração não tenha passado de 2,5 milhões de hectares. Esta consideração do país como um *território de reserva* e não como um *campo ativo de exploração e industrialização* revelou desde as décadas de vinte e trinta a insalvável limitação de uma política do petróleo enunciada em termos provincianos, frente a corporações transnacionais que operam nos níveis superiores de uma estratégia hemisférica e mundial.

A desarticulação da economia norte-americana, a extrema redução da capacidade importadora, o esgotamento das reservas internacionais como efeito da aplicação irrestrita das regras ortodoxas do padrão ouro, a suspensão das correntes de crédito externo e o congelamento do fluxo ordinário de inversão estrangeira definiram as circunstâncias históricas que desencadearam forças internas — no próprio âmbito da burguesia — e induziram à industrialização substitutiva. Por outro lado, o desaquiecimento do mercado interno, de manufaturas importadas da metrópole, determinou a orientação inicial do processo de industrialização substitutiva para o abastecimento desse mercado já preexistente e para o imediato melhoramento das condições nacionais de emprego. Dois fatores econômicos serviram para definir as condições de *viabilidade histórica* do processo de industrialização substitutiva: o primeiro consistia em que o processo podia sustentar-se numa capacidade já instalada e numa infra-estrutura criada no ciclo anterior; e o segundo, em que a produção manufatureira se orientava para uma demanda preexistente. Desde cedo, as condições político-sociais do processo de industrialização nas linhas das manufaturas têxteis, de alimentos, de bebidas, de tabaco e de cimento não só se relacionavam com a preexistência de um mercado, mas com a preexistência de uma burguesia empresarial — tão audaz e coesa como a que nos anos vinte transformara Medellín no centro têxtil e comercial da colonização antioqueña — e com a garantia estatal de um controle monopólico sobre o mercado interno por meio de um sistema guarnecido de tarifas protecionistas. Diferentemente do ocorrido na segunda

fase da industrialização — quando o auge das corporações transnacionais norte-americanas (CTN), no segundo pós-guerra, converteu-as no centro reitor do processo —, a primeira expansão industrial se efetuou, precisamente, numa conjuntura de bloqueio da economia metropolitana e teve de ser promovida e desenvolvida por forças sociais internas. Nesta conjuntura histórica, a burguesia industrial e financeira de Antioquia revelou uma excepcional capacidade para compreender a importância da industrialização no novo esquema de modernização capitalista. A acumulação de privilégios de Estado — preferências cambiais, tarifas, vantagens creditícias, isenções tributárias, subvenções diretas — estimulou decisivamente a expansão industrial, mas também criou na burguesia beneficiária uma nova concepção do poder político como requisito indispensável para exercer pressões ou para reter o controle sobre determinados circuitos do mercado interno. Através deste repertório de elementos se configurou o novo modelo liberal de crescimento capitalista, em cuja definição participaram os setores mais lúcidos e coerentes da burguesia e as novas elites dos partidos liberal e conservador. Semelhante processo implicava, desde cedo, uma redefinição do papel, da composição social e da trama ideológica dos partidos tradicionais — salvando transitoriamente a crise originada em sua antiga vinculação com a república senhorial e com as lutas políticas do século XIX — readequando-os para as novas funções de controle político do Estado e de regulação das relações trabalhistas, mas preservando neles os hábitos de clientelismo, das lealdades às famílias patricias e da transmissão dinástica do poder. Esta mudança de condições político-sociais determinou, em última instância, a *viabilidade histórica* da industrialização em plena depressão capitalista e em plena bancarrota da economia metropolitana, tornando possível a aceleração da taxa de crescimento do produto industrial para 11 por cento no lapso 1933-1939 em contraste com o 1,4 por cento anual que correspondeu ao período 1925-1930. Embora nos períodos seguintes o produto industrial não voltasse a crescer num ritmo semelhante, estabilizou-se um processo que tem sido característico do ciclo de industrialização substitutiva nos países latino-americanos: o de a produtividade industrial ter podido crescer em maior velocidade que a produtividade agrícola, enquanto os movimentos de modernização capitalista da agricultura não têm podido resolver os problemas de ineficiência global da estrutura latifundiária.

Um dos fatores que melhor definiu o papel progressista da industrialização neste ciclo histórico foi a capacidade de mobilização e emprego da força de trabalho, não só enquanto promoveu por todos os meios a emigração camponesa e a proletarianização do artesão, mas também enquanto foi assentando esta força de trabalho em cidades com maior possibilidade expansiva e onde cedo entraram em vigência as normas culturais da sociedade de consumo. O nível de emprego industrial que alcançou 69 mil pessoas em 1926 e que desceu para 42 mil 400 em 1931, ascendeu a 54 mil em 1934, a 98 mil 300 em 1937

e a 111 mil trabalhadores ativos em 1939. Era evidente que a industrialização operava como uma das forças internas mais decisivas na superação da depressão cíclica e no desencadeamento do processo de modernização econômica, política e institucional que chegou a seu apogeu no quadriênio 1934-1938, contrariamente ao que havia suposto o presidente Olaya. A depressão dos anos noções catastróficas sobre as crises transmitidas pelo comunismo stalinista ou pelas doutrinas liberais acerca do ciclo econômico — enquanto ensinou ao país que a chamada economia de livre empresa não resistia ao impacto demolidor da depressão, que o padrão ouro não era intangível, que a industrialização se havia promovido sem inversão estrangeira e sem recursos de crédito externo, que o Estado era algo mais que aquele estereótipo propagado oficialmente pelo liberalismo econômico — *o pior dos administradores* — e que o restabelecimento do mercado interno havia correspondido ao momento de maior deterioração na relação de preços de intercâmbio com a metrópole. Entretanto, as elites intelectuais-conservadoras reformistas e revolucionárias careciam dessa formação científico-social indispensável para analisar e compreender o significado histórico de semelhante experiência e para diferenciar a natureza dinâmica e os alcances da depressão nos centros hegemônicos do capitalismo e nos países subdesenvolvidos e dependentes.

A reativação e ampliação do mercado interno — estimulado pelo desencadeamento das forças motoras da urbanização e da metropolização — estimularam a lenta formação de uma agricultura comercial orientada para dentro, nas áreas de valorização comercial mais intensa e mais expostas à influência da economia capitalista de mercado. As terras rizicultoras aumentaram seis vezes entre 1929 e 1946-48, e entre 1925-34 a produção de algodão aumentou a uma taxa anual de 3,5 por cento e a do cacau em 16 por cento, embora o açúcar não tivesse ganhado ainda uma posição industrial relevante. Era evidente que, embora existisse uma intensa pressão camponesa sobre a terra, a exigência de matérias-primas e alimentos não havia alcançado ainda aquela magnitude global necessária para pôr em xeque a estrutura latifundiária. O governo de Olaya se negou a levantar o problema da propriedade sobre a terra — tal como o faziam os intelectuais socialistas incorporados ao partido liberal —, pronunciando-se por uma política pragmática de intervenção nos conflitos de trabalho rural, de preservação das fazendas, de repressão implacável das invasões camponesas e de parcelamento de terras baldias ou de sítios comprados aos proprietários como efeito da agudização das lutas sociais no campo. De 1,8 milhão de hectares cultivados em 1938 40 por cento correspondia a cultivos destinados à exportação ou ao consumo urbano.

As mudanças ocorridas no mercado interno, nos padrões de assentamento e na própria estrutura da sociedade colombiana exigiam não só novos elementos de integração física como novos fatores de mobilidade espacial. Estas foram as forças que determinaram a formação de uma nova rede de rodovias,

ferrovias e caminhos vicinais e que encontraram no veículo automotor o fator por excelência de mobilidade geral.

De 1930 a 1935, a rede rodoviária aumentou em 53 por cento, centrando-se os vértices nas cidades metropolitanas de Bogotá, Cali e Medellín, no processo final de integração e consolidação do sistema nacional de mercado. As mudanças ocorridas na expansão do parque automotor determinaram que, entre 1935 e 1945, se aumentasse o refino de petróleo destinado ao mercado interno de 1,6 a 5 milhões de barris.

Nenhuma das novas tarefas teriam podido cumprir-se sem uma concentração de poder em mãos do novo governo: nem o enfrentamento às resistências sociais e políticas internas, nem a modificação da estrutura político-militar das forças armadas, nem o implacável desmantelamento dos bastiões camponeses da república senhorial. O governo encontrou a conjuntura que buscava na declaração de guerra ao Peru — que na realidade teve o caráter de uma guerra de posições contra a selva amazônica —, enquanto concentrou em suas mãos a máxima quantidade de elementos de poder, estabelecendo a legalidade marcial em todo o país, submetendo a maioria conservadora no Congresso, apaziguando os focos do sindicalismo revolucionário e ilegalizando o pequeno e agressivo partido comunista que neste instante acreditava que a depressão era a crise geral do capitalismo e que era necessário preparar-se para a instauração de sovietes de operários, camponeses e soldados. Nesta conjuntura desfavorável para as dissidências políticas apareceu a União Nacional Esquerdista Revolucionária (UNIR), fundada por Jorge Eliécer Gaitán com uma militância de camponeses, operários, artesãos, profissionais e estudantes, e uma ideologia nacionalista popular. Embora a UNIR lograsse expressar a ascensão política do campesinado imerso nas fazendas, ela foi ultrapassada pela mobilização de massas e pela presença da elite reformista que viam na instauração da república liberal uma possibilidade de transformação profunda, rápida e a curto prazo. Estas foram as condições históricas que determinaram, em 1934, a vitória eleitoral de Alfonso López Pumarejo com cerca de um milhão de votos, quase o triplo dos obtidos pela coalizão bipartidária de Olaya num país que apenas chegava aos oitos milhões de habitantes. Diferentemente de Olaya, López Pumarejo não chegava à presidência como chefe de uma aliança liberal-conservadora, mas como caudilho de um movimento radicalizado de massas, com uma decisiva gravitação do movimento operário e uma intensa pressão hegemônica do novo partido de governo. O impulso de massas, a emergência das classes médias e a participação de uma elite intelectual engajada no movimento socialista determinaram a orientação populista das reformas liberais e o papel assinalado ao sindicalismo classista na *pequena revolução democrático-burguesa*. As linhas ideológicas do programa de reformas estavam longe de perseguir ou estimular uma mudança profunda — dada sua natureza burguesa e liberal — já que precisamente se orientavam para a institucionalização do sindicalismo

e dos movimentos políticos que anteriormente haviam ultrapassado os canais da legalidade e adquirido uma dinâmica revolucionária. A neutralização ou captação dessas forças sociais e políticas constituiu a operação tática que tornou possível o projeto de modernização capitalista da economia, do Estado, das relações trabalhistas, do aparato educacional, dentro das regras do Estado liberal de direito. A reforma constitucional de 1936 — feita exclusivamente pelo partido de governo — não tendia a substituir a Constituição autoritária de 1886, mas a inserir nela alguns grandes e ambíguos princípios, cuja vigência prática esteve inteiramente subordinada à orientação das forças controladoras do Estado. O projeto liberal burguês de reformas se articulou por meio de uma série de linhas mestras: estabilização das fontes de financiamento do orçamento público, liberando-o da irregularidade cíclica do imposto de alfândegas e introduzindo — como suporte do ingresso tributário do Estado — o imposto direto sobre o patrimônio e a renda; definição do *status* jurídico das terras incultas ocupadas por latifundiários e reconhecimento dos melhoramentos feitos nelas — ou nas terras de fazenda — por colonos, parceiros e arrendatários; regulamentação das relações tradicionais de colonato e parceria agrícola, procurando obstaculizar a exploração indireta da terra e propagar as formas capitalistas do arrendamento e o assalariamento; incorporação da terra agrícola ao sistema capitalista de mercado e condicionamento econômico da adjudicação de terras baldias de propriedade fiscal; institucionalização do sindicalismo por meio do reconhecimento jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CTC), tornando possível sua participação na negociação dos salários e condições de vida, mas à custa de renunciar a qualquer atividade política que o Estado pudesse considerar como partidária ou revolucionária; integração orgânica da universidade nacional como estrutura fundamental da educação superior e aplicação de um regime de liberdades democráticas e de co-governo; articulação de um sistema de câmbios internacionais e de tarifas capaz de instrumentalizar a política de industrialização e de modernização capitalista da agricultura; organização das primeiras formas de banco estatal de fomento, com o propósito de estimular a diversificação do aparato financeiro; limitação e regulamentação dos privilégios e isenções fiscais concedidos às sociedades estrangeiras e às empresas do enclave colonial; modernização dos mecanismos de identificação do cidadão e de representação político-eleitoral. Do ponto de vista de seus grandes e imediatos objetivos, este quadro de reformas se orientava para a tecnificação do aparato produtivo, a ampliação e estabilização da economia capitalista de mercado, a modernização fiscal e administrativa dos aparatos estatais e uma redistribuição da riqueza nacional que limitasse a extrema polarização e melhorasse a participação do Estado e das classes trabalhadoras. Apesar do caráter inequívoco da pequena revolução democrática burguesa, o governo de López Pumarejo contou mais com o apoio do movimento operário — ou mais exatamente da CTC — do que com o respaldo da burguesia industrial e agrá-

ria, possivelmente por tratar-se de um grupo social não acostumado ao pagamento de impostos nem a que o Estado regulasse as relações de trabalho. A burguesia industrial nasceu rodeada de uma constelação de privilégios, e tanto a burguesia rural quanto a classe latifundiária fundamentavam sua atividade econômica no colonato, na parceria e na peonagem. Ainda mais: desde as auras de sua formação histórica, consagrou-se o dogma mercantilista dos baixos salários e da desorganização operária e camponesa como condição essencial da acumulação capitalista. O fato de o sindicalismo da CTC ter conseguido aumentar sua militância de 76 mil 374 para mais de 100 mil trabalhadores entre 1939 e 1943 e que essa força de trabalho se concentrasse, em quase 70 por cento de seu total, nas cidades metropolitanas de Bogotá, Cali, Medellín e Barranquilla, explica tanto a gravitação política dessa massa organizada quanto a crescente reação dos setores mais intolerantes da burguesia e das classes latifundiárias. A partir de 1936 se formou a primeira organização anti-reformista — a Associação Patronal Econômica Nacional, APEN —, apoiada na aliança política entre setores dos partidos liberal e conservador. A ambivalência do processo histórico se expressava no fato de que, na primeira fase da república liberal, crescia rapidamente a população trabalhadora ocupada na indústria manufatureira e nos serviços e aumentava sua participação na riqueza nacional; na segunda fase — conciliadora e decadente —, invertia-se a tendência dos salários com um sentido de participação decrescente. Entre 1938 e 1948 — um longo e conflitivo decênio — a mão-de-obra ocupada na manufatura e nos serviços passou de 783 mil para mais de um milhão e a relação entre remuneração do trabalho e produto bruto caiu de 54,5 por cento para 47,8 por cento. Desde logo é necessário assinalar a incoerência do processo de modernização capitalista, já que ao mesmo tempo em que se tornava mais integrado e dinâmico o mercado interno e que se acelerava a corrente de urbanização e metropolização, ampliavam-se também as bases de sustentação do sistema latifundista, ao aplicar-se uma política de adjudicação em grande escala de terras baldias entre membros da elite política, nas zonas de reserva mais imediatamente valorizáveis: alguns vales do baixo Magdalena, o Piedemonte amazônico, as regiões úmidas das planícies orientais. Por outro lado, havendo-se consolidado a posição do café na estrutura exportadora e havendo-se assegurado a maior participação de produtores e comerciantes nacionais no valor em dólares das exportações — por intermédio de uma associação pára-estatal como a Federação Nacional de Cafeicultores —, o governo não considerava indispensável a reforma agrária — apesar da pressão camponesa sobre a terra —, senão uma política que combinasse a ampliação da fronteira agrícola com a modernização tecnológica e social da agricultura. A maior receita do café (que entre 1930 e 1940 passou de 58,3 milhões de pesos para cerca de 129 milhões, sobre um valor total exportado de 89 e 175 milhões de pesos respectivamente) ocultou a gravitação das exportações desnacionalizadas de petróleo, banana e platina (mais de

30 por cento do valor total exportado no período 1930-1939), assim como a desfavorável relação de preços de intercâmbio. Enquanto em 1920-1924 os valores médios de uma tonelada de exportação eram de 188 pesos e os de importação de 370, no período 1940-44 essa relação era de 66 e 464 pesos, respectivamente, demonstrando a extrema vulnerabilidade de semelhante estrutura de relações internacionais de intercâmbio e a absoluta dependência das receitas originadas no café: entre 1925 e 1935-39 a exportação do grão representou entre 89 e 93 por cento da receita real de divisas por exportações físicas. No entanto, nenhum destes problemas estruturais se projetou no debate político deste período — revelando a permanência de uma visão plana e exclusivamente quantitativa do comércio internacional — e o Estado adotou uma política de crescente endividamento externo para cobrir o déficit na balança de pagamentos resultante da profunda mudança qualitativa ocorrida na composição das importações.

A eleição de Eduardo Santos como presidente em 1938 — com cerca de 512 mil votos, ou seja, 27 por cento dos cidadãos inscritos —, embora servisse para garantir o clima de liberdades e o funcionamento do Estado liberal de direito, implicou um congelamento das reformas sociais e uma abertura rumo à organização corporativa das classes capitalistas. Tanto o processo de concentração econômica e de organização corporativa de industriais, comerciantes, banqueiros, latifundiários etc., quanto a gravitação ideológica da guerra civil espanhola e da Segunda Guerra Mundial aceleraram a polarização de forças sociais e projetaram, dentro da sociedade colombiana, a confrontação entre posições democráticas e fascistas. Mas, enquanto as correntes democráticas congelaram suas aspirações e projetos de mudança revolucionária, as tendências anti-reformistas se converteram, progressivamente, ao evangelho contra-revolucionário que se expressava no fascismo europeu, mas especialmente nas linhas corporativas da Espanha de Franco e no Portugal de Oliveira Salazar. Este foi o elemento qualitativo e galvanizador que se introduziu na *oposição conservadora* à república liberal e que serviu para congregar, ao redor de Laureano Gómez, não simplesmente o descontentamento da oligarquia burguesa e latifundiária, como também os destacamentos mais agressivos do partido conservador.

A presença destas novas forças e a polarização da luta social induziram o sindicalismo e os setores mais politizados do movimento popular a propiciarem o regresso de López Pumarejo à presidência em 1942. O processo eleitoral deu como resultado a reeleição de López com 673 mil 169 votos, frente a Carlos Arango Vélez — candidato da oposição coligada liberal-conservadora — com cerca de 475 mil. A eleição revelou dois fatos novos: a redução da abstenção a 47 por cento da capacidade eleitora do país e insuspeitada magnitude da oposição. Nesta hora em que López chegava pela segunda vez ao governo, haviam desaparecido o impulso, a dinâmica interna e as condições triunfalistas

que caracterizaram a instauração, em 1934, da primeira república liberal. A economia estava aprisionada na camisa de força do pacto cafeeiro e nos múltiplos controles impostos pela economia de guerra. Por outro lado, o governo se encontrava frente a uma já articulada estrutura oligárquica de poder, a uma notável concentração da riqueza, a um quase repentino desaparecimento da moral patriarcalista que havia caracterizado a administração pública, a uma fratura interna do partido liberal e a uma crise das instituições próprias do Estado de direito. O fenômeno da moderna estrutura oligárquica de poder não só consistia no auge e na gravitação das novas formas organizativas adotadas pelas elites burguesas e latifundiárias, mas num entrelaçamento com o sistema de condução política da sociedade colombiana. Nisto radicava sua ubiqüidade, sua capacidade de exercer influência decisiva sobre a atividade econômica do Estado e, desde logo, sua onímoda faculdade de substituir o sistema tradicional de valores por uma moral de enriquecimento fácil, imediato e a qualquer custo. A ascensão da moderna oligarquia implicava a derrubada da moral administrativa e política de caráter patriarcalista, e a consagração de exigências fundamentais dessa nova elite do poder como a de preservação das fontes institucionais de privilégio ou a de cumplicidade política dentro do sistema de condução dos partidos e do Estado. A vertiginosa propagação da corrupção nos altos postos do partido do governo precipitou seu desmoronamento interno, a queda do presidente López Pumarejo e a crise da república liberal.

A participação decrescente dos trabalhadores na receita nacional e a piora de suas condições de vida mostraram ao governo a necessidade de uma política redistributiva mais audaz e profunda que a aplicada durante o primeiro ciclo reformista, precisamente quando o governo liberal havia perdido o impulso e a iniciativa. O pós-guerra surpreendeu o país sem nenhum preparo, sem nenhum projeto histórico, sem nenhum plano de participação num universo transformado pela guerra, limitando-se a dilapidar a poupança compulsória de 128 milhões de dólares (superávit acumulado) e permitindo que entre 1947 e 1948 se produzisse um déficit de cerca de 92 milhões de dólares na balança de pagamentos. O país vivia, de novo, o transbordamento do pós-guerra. De 1942 a 1945 as rendas públicas haviam passado de 209 milhões a 353 milhões de pesos, mas no manejo do orçamento já não imperavam os princípios da honestidade administrativa, da parcimônia fiscal e da renitência a utilizar políticas de financiamento inflacionário do déficit orçamentário. Sem planejamento econômico e sem controles democráticos, os órgãos estatais de regulamentação e de controle se haviam transformado em fontes de corrupção administrativa e de fácil enriquecimento. A elite política do partido do governo foi incorporando-se, pela via da corrupção e do privilégio, ao amuralhado circuito da oligarquia burguesa e latifundiária. Era evidente que estes constituíam os primeiros mecanismos de enlace entre setores políticos e econômicos da *elite do poder*. Dentro destas novas circunstâncias, o presidente López já não propiciava nenhu-

ma política de redistribuição da receita e do poder, movendo-se na indecisão e no vazio. Sua posição era, mais que conciliadora, vacilante e derrotista. Apesar da lealdade do sindicalismo e do partido comunista, o descontentamento popular foi tomando corpo, apoderando-se das cidades e dos campos. O frustrado golpe militar em 1945, em Pasto, demonstrou que o presidente tampouco tinha o apoio das forças armadas. Nesta atmosfera, a oposição popular se transformou numa vasta mobilização de massas descontentes — sob a direção de Jorge Eliecer Gaitán — e a oposição contra-revolucionária encontrou em Laureano Gómez um enérgico e inescrupuloso caudilho. A divisão política da CTC e a progressiva transformação do movimento gaitanista numa poderosa mobilização de massas liberais e coservadoras opostas à nova estrutura oligárquica de poder fraturaram o esquema político do bipartidarismo, produziram um vazio de poder e levaram López a renunciar à presidência, em 1945. Algo de novo havia ocorrido na sociedade colombiana: através da brecha aberta por um movimento populista em suas origens e em seus projetos formais, as forças populares se haviam catalisado e transformado numa ameaça revolucionária. Alberto Lleras sucedeu na presidência a López, e no governo ingressaram conspícuos representantes da oligarquia burguesa e latifundiária, assim como intelectuais conservadores que em 1924 e em 1937 haviam feito profissão de fé contra-revolucionária. Lleras não só pôs em prática as idéias do governo bipartidarista que López Pumarejo havia enunciado em sua segunda presidência — partindo do reconhecimento de que “se haviam apagado as fronteiras ideológicas entre os partidos liberal e conservador” — como também utilizou o modelo do sindicalismo atrelado ao Estado para desencadear um processo de ilegalização das lutas sociais e de dismantelamento das bases mais combativas da CTC. A fracassada tentativa de greve geral decretada em novembro de 1945 — quando a central operária já não contava com nenhum apoio do Estado e quando se havia constituído um governo de coalizão liberal-conservador — provocou a entrada do governo de Lleras no campo adverso ao movimento popular, ao sindicalismo de classe e às reformas sociais. A mobilização gaitanista representava uma ameaça revolucionária, mas exigia para desenvolver-se — carente de uma estrutura de partido, de disciplina estrita, de estado-maior — uma atmosfera de liberdades e o funcionamento de um Estado de direito: paradoxalmente, tratava-se de uma mobilização que só podia realizar-se como um último ato da república liberal e da democratização do poder político. Nem Gaitán nem o sindicalismo nem o movimento popular haviam tomado consciência de que, com o governo de Lleras, a república liberal estava morta. Assegurada a divisão do liberalismo e o desmoronamento do movimento sindical, foi proclamada a candidatura de Mariano Ospina Pérez — dois meses antes das eleições presidenciais de 1946 — empregando-se a mesma tática de surpresa de coalizão bipartidária utilizada em 1930. Ospina não era um porta-voz exclusivo do partido conservador, mas autêntica expressão ideológica de uma

aliança auspiciada pelas oligarquias liberais, amedrontadas com as reivindicações operárias e com o conteúdo revolucionário da mobilização popular. Ospina ganhou a presidência com 41 por cento dos votos emitidos, já que 59 por cento restantes correspondiam aos candidatos liberais Jorge Eliécer Gaitán e Gabriel Turbay. O governo de Alberto Lleras havia presidido o último ato da república liberal.

### III. CONTRA-REVOLUÇÃO E NOVA DEPENDÊNCIA

Ospina Pérez inaugurava, em 1946, o ciclo dos governos minoritários e que, em consequência, já não podiam funcionar dentro das regras do Estado liberal de direito, obrigando-se a regularizar o estado de sítio, a suspensão das garantias constitucionais e a chamada *legalidade marcial*. Tanto Ospina quanto López Pumarejo haviam compreendido as mudanças ocorridas na estrutura de poder, os riscos da extrema concentração da riqueza e a necessidade de redefinir as linhas ideológicas e o sistema de relações entre os partidos liberal e conservador, não apenas em resposta à mobilização gaitanista como também às formulações sobre hegemonia de partido e sobre orientação contra-revolucionária e corporativa do Estado feitas por Laureano Gómez. Na votação havia participado 30 por cento da capacidade eleitoral do país, e a maioria relativa obtida por Ospina só representava 41 por cento dos votos emitidos. A partir da derrota eleitoral, a mobilização gaitanista não só encarnava as aspirações populares e o temor do movimento operário a um governo autoritário e repressivo, como também a esperança de recuperação do poder de parte da esquerda do liberalismo. Ospina tinha o governo, mas Gaitán controlava as maiorias parlamentares. No entanto, neste instante em que se havia produzido um rápido reagrupamento da oligarquia burguesa e latifundiária, dos caciques dos partidos, da elite do poder ao redor do governo de Ospina, Gaitán acreditava na transcendência de seu apelo à restauração moral da república e na possibilidade de enfrentar semelhante concentração de forças utilizando os mesmos métodos da mobilização populista e da aplicação irrestrita das normas complacentes do Estado de direito. Era a hora do segundo período pós-guerra e quase ninguém no país tinha consciência das mudanças operadas na estrutura do mundo, nem dispunha de instrumentos críticos para compreender a natureza do confronto entre as duas superpotências, os alcances dos Acordos de Yalta em 1945 e o bloqueio dos países da Ásia, África e América Latina no cerrado dilema da bipolaridade. O governo de Ospina não era ainda uma opção contra-revolucionária, mas sim a porta para ela, uma vez desencadeada a guerra fria no hemisfério e realizado o trânsito cruento entre a fase da *violência dissuasiva* (destinada a eliminar no liberalismo a convicção de partido majoritário e a criar as condições para uma *negociação entre iguais*) e a fase da *violência de aniquilamento*, ao impor-se a concepção contra-revolucionária de Gómez e intensificar-se a pressão hegemônica dos grupos que aspiravam à ditadu-

ra do partido único. Por um paradoxo freqüente na história, as forças vitoriosas dentro da Colômbia eram, exatamente, as mesmas que haviam sido derrotadas política e militarmente na Alemanha, Itália e Japão.

A substituição do modelo da república liberal — *intervencionismo econômico e liberalismo político* — pelo de *absolutismo político e liberalismo econômico* deixou nas mãos das corporações transnacionais a capacidade de decisão em matéria de transferência de tecnologia, importação de bens intermediários e de capital, assistência técnica, exportação de *royalties* e dividendos, relações com as casas matrizes e operação no mercado interno de manufaturas, capitais e serviços. A liberalização das relações internacionais de intercâmbio, na conjuntura do pós-guerra, possibilitou a rápida penetração das corporações transnacionais e sua estreita vinculação com a segunda fase da industrialização substitutiva, orientada para a produção de bens intermediários e de capital e para a operação no mercado interno. O novo esquema de modernização capitalista exigia uma radical e definitiva separação entre liberalismo político e liberalismo econômico, condicionando o capitalismo de Estado às necessidades de acumulação e consolidação da economia privada: esta foi, precisamente, a tarefa histórica realizada pelos governos de Ospina e de Gómez. O liberalismo político devia ser substituído por uma progressiva concentração do poder e por uma sistemática desarticulação do Estado liberal de direito, definindo-se o largo caminho rumo ao absolutismo político. No entanto, esse caminho não podia ser percorrido sem a implacável e sistemática quebra do processo de democratização do poder político desencadeado durante o efêmero apogeu da república liberal, requerendo-se a utilização de dois elementos: o *estado de sítio* como forma legal de desmantelamento do Estado de direito e a violência como categoria institucional. A análise do fenômeno da violência no processo de modernização capitalista por uma via contra-revolucionária requereu uma diferenciação fundamental entre a violência como expressão de uma política dissuasiva durante o governo de Ospina, a violência como efeito de uma política global de aniquilamento durante o governo *franquista* de Gómez e, finalmente, a violência como *expressão da crise de credibilidade do Estado e da decomposição da sociedade colombiana* característica dos governos de Pastrana Borrero (1970-74) e López Michelsen (1974-78). Deste ponto de vista, a violência tem sido um componente substancial do esquema de absolutismo político e tem servido para criar essas condições de modernização que tipificam o modelo de capitalismo dependente: a eliminação das alternativas legais para as forças de oposição, a ilegalização das lutas sociais, a substituição do sindicalismo classista e autônomo por um sindicalismo pragmático e confessional, o desmantelamento das instituições de representação popular, a *degradação* ou o *congelamento* dos salários reais como mecanismo de maximização do lucro e de aceleração das correntes de concentração econômica. Em 1945, o índice de salários reais na área industrial de Bogotá era de 100,4 em relação a 1938, tendo chegado a um

nível máximo de 114,2 em 1942. De 1949 a 1953 — enquanto Gómez preparava o projeto de Estado corporativo e a proibição constitucional da luta de classes — o índice de salários reais na indústria manufatureira caiu de 120 para 104,6.

Embora a abertura capitalista no segundo pós-guerra se apoiasse novamente na triplicação do valor das exportações cafeeiras entre 1945 e 1950, eram muito altos os custos de operação externa, havia-se aumentado a participação das exportações desnacionalizadas e mostrava-se desproporcional a relação entre o valor da tonelagem de exportação e o da de importação. Na dinâmica do pós-guerra, a exportação alcançou, em 1949, 626 milhões de pesos e nos anos seguintes ultrapassou o nível dos mil milhões: se a esta massa de receitas se acrescentam os empréstimos públicos e a inversão estrangeira privada e direta, é possível estimar o volume de recursos com que se financiou a última fase de industrialização substitutiva, a reacomodação do mercado interno de acordo com os padrões metropolitanos de sociedade de consumo e o processo contrarrevolucionário. O novo tipo de industrialização se orientava para a substituição de bens intermediários e de capital, não por meio da mobilização de forças sociais internas, como ocorreu no primeiro ciclo, mas da instalação de Corporações Transnacionais Norte-americanas (CTN) que, por esta via, se transformavam na vértebra do novo aparato manufatureiro e da moderna economia nacional de mercado. Este fato determinava uma mudança substancial em relação às formas do imperialismo clássico, já que a produção manufatureira se destinava ao mercado interno mas dependia, inteiramente, de que se importassem da nação hegemônica os bens intermediários e de capital, as matérias-primas e a tecnologia. Entre 1930-38 e 1946-53, a importação de bens de consumo desceu de 45,4 por cento para 22,5 por cento e a de bens de produção (máquinas e equipamentos produtivos, matérias-primas, bens intermediários) subiu de 54,6 por cento para 77,5 por cento, o que equivalia a modificar, qualitativamente, o esquema de relações internacionais de intercâmbios: enquanto a exportação continuava apoiando-se em produtos primários sem valor agregado, a importação consistia, em 80 por cento, em manufaturas e tecnologias de densidade de valor elevado. Sem uma adequada compreensão desta mudança de estrutura, não se poderia avaliar criticamente a significação global de duas grandes tendências na economia latino-americana de pós-guerra: a do déficit crônico e acumulativo na balança de pagamentos e a do endividamento externo para financiar o déficit e o crescimento econômico. Perto do fim de 1945, haviam ingressado na Colômbia dez corporações transnacionais, cujas casas matrizes se orientavam, fundamentalmente, para a produção manufatureira; entre 1946 e 1957 ingressaram 19, e 44 entre 1958 e 1967, já consolidado o condomínio oligárquico sobre a economia e o Estado. Entre 1946 e 1957 estabeleceram-se 29 subsidiárias manufatureiras e 72 entre 1958 e 1967, apontando para o controle da industrialização básica, do mercado interno de bens intermediários e de capital e de certos mecanismos nevrálgicos do aparato de financiamento.

Estas novas formas coexistiram com os tipos tradicionais de enclave colonial e foram saudadas pela própria burguesia industrial como um método ótimo de incorporação da moderna tecnologia na indústria manufatureira, sem ao menos se colocar o problema da natureza dessas transferências de tecnologia por meio de corporações orientadas por uma estratégia mundial e através de um hermético sistema de patentes e marcas. Por outro lado, a teoria *browderista* acerca da transformação qualitativa do capitalismo durante a guerra — teoria que inspirou a atividade política do partido comunista e do sindicalismo ortodoxo da CTC — havia desarmado ideologicamente certas vanguardas do movimento operário, que viam nas corporações transnacionais verdadeiras vanguardas missionárias da modernização capitalista. Esta visão acrítica do problema das CTN só começou a modificar-se com o desencadeamento da guerra fria e com a propagação dos padrões norte-americanos de anticomunismo. Dentro desta atmosfera de liberalização econômica se produziu um rápido crescimento da inversão privada estrangeira — de 440 para 654 milhões de dólares entre 1945 e 1953 — e uma inflexível dependência das importações de bens de capital, principalmente pela gravitação das indústrias submetidas à hegemonia das CTN: entre 1945 e 1953, as mencionadas importações passaram de 43,2 por cento para 72 por cento da inversão bruta interna, expressando a natureza do modelo tecnológico inserido no novo processo. É significativo o fato de que, embora a inversão total chegasse a representar mais de 20 por cento do produto no período 1950-53 — segundo estimativas da Cepal —, a inversão com recursos internos caiu de 20 por cento para 18,5 por cento e o ingresso bruto de capital estrangeiro cresceu de 1,71 por cento para 2,25 por cento do produto, no mesmo período. Iniciou-se assim a nova tendência histórica — interrompida somente durante o ciclo do governo militar populista — rumo ao financiamento da inversão total pela via preferencial do progressivo endividamento externo: ao finalizar a década de 60 (1966-68), a inversão com recursos internos apenas representava 11,9 por cento do produto e o ingresso bruto de capital estrangeiro havia chegado ao nível excepcional de 6,21 por cento (Cepal, dados oficiais). No período 1950 a 1968, em relação à América Latina, a inversão com recursos internos caiu de 16,30 por cento para 14,43 por cento e o ingresso bruto de capital estrangeiro só cresceu de 1,52 por cento para 3,80 por cento do produto latino-americano. A concentração de esforços e recursos — estatais e privados —, assim como as condições excepcionais da acumulação capitalista neste ciclo histórico provocaram tanto uma aceleração das taxas de crescimento do produto industrial (a taxa média anual subiu para 9,2 por cento e a do produto agropecuário apenas alcançou 2,7 por cento no período assinalado) como uma mudança no *peso relativo dos setores* no quadro da economia nacional: enquanto a receita manufatureira se elevou de 13,4 por cento para 17,2 por cento do produto bruto entre 1945 e 1953, a receita do setor agropecuário caiu de 47 por cento para 36,9 por cento, embora este continuasse fornecendo 90 por cento

da moeda estrangeira originada nas exportações físicas. Semelhante ritmo de expansão não só era produto do crescimento da inversão — enquanto a formação de capital se quadruplicou em termos globais e se sextuplicou na área da indústria manufatureira, entre 1939 e 1947 — como também do melhor emprego da capacidade industrial instalada.

As políticas agrícolas do governo de Ospina se limitavam a procurar uma maior receita cafeeira — por meio da maior participação no mercado interno da Federação Nacional —, a estimular a introdução de insumos industriais na agricultura e a promover uma diversificação dirigida para a substituição das importações de matérias-primas como o algodão, o trigo, o cacau e as oleaginosas. O problema da substituição de importações agrícolas não foi, na realidade, uma política deliberada de modernização capitalista na forma de diversificação do aparato produtivo e expansão da fronteira cultivada: foi, sim, o efeito de uma aguda escassez de dólares. Dada a nova estrutura das importações, o país não estava em condições de continuar importando certos produtos substituíveis a curto prazo e pela via de um melhor emprego de seu ativo em terras agrícolas. O volume físico das importações agropecuárias se havia sextuplicado entre 1937 e 1950, especialmente as orientadas para a indústria manufatureira de algodão, lãs, oleaginosas e borracha natural. Por outro lado, o novo processo de modernização capitalista da agricultura — em áreas como as do açúcar, do arroz, das fibras e das oleaginosas — esteve impulsionado por duas circunstâncias relacionadas com as novas condições de operação da economia do café: a maior participação nacional na receita cafeeira, ao organizar-se o sistema de armazéns de depósito (embora essa receita se concentrasse no setor de exportadores e de produtores em escala comercial: em 1952, de 10 principais casas exportadoras, 6 eram colombianas e comercializavam 48 por cento do grão); e a incapacidade de os minifúndios cafeeiros produzirem seus próprios alimentos básicos ao reduzir-se drasticamente o tamanho das unidades produtivas e ao desaparecerem as culturas associadas de milho, feijão, banana, os animais domésticos e a pecuária familiar. Em 1952, as explorações com médias inferiores a três hectares ascendiam a 535 mil e representavam 86 por cento do total de propriedades, quando vinte anos antes só chegavam a 129 mil 600. O processo de minifundização era mais agudo no cenário geográfico da colonização antioquenha, no qual tornava-se mais intolerável a desproporção entre o tamanho das parcelas e a magnitude da família patriarcal e no qual o efeito da pressão sucessorial se tornava mais forte e demolidora. Fechava-se assim a fase criadora e ascendente da colonização antioquenha, acelerando-se a decomposição das economias camponesas nas regiões nas quais foi mais agressiva a escalada da violência e nas quais esta operou como uma força de expulsão do campesinado e de modificação do cadastro rural. Nesta conjuntura histórica, o país ainda conservava uma fisionomia camponesa — com dois terços da população no campo — embora se houvesse definido a imagem da cidade

manufatureira e houvesse ganho lugar próprio a moderna agricultura de exportação. Outra coisa havia ocorrido com a agricultura que abastecia o mercado interno, que conservava as práticas tradicionais da república senhorial, assim como o regime global de acúmulo e uso dos recursos físicos, com absoluto desconhecimento dos fertilizantes químicos, dos inseticidas, dos equipamentos mecânicos ou das sementes geneticamente melhoradas. A pecuária operava dentro dos padrões hispano-coloniais do pastoreiro, do pasto natural, da ausência de seleção zootécnica e da exigência de grandes espaços. O regime de propriedade de uso da terra seguia as linhas gerais do que foi característico da república senhorial. Em 1948 — de acordo com os diagnósticos realizados pela missão do Banco Mundial — os cultivos ocupavam pouco mais de dois milhões de hectares enquanto 43 milhões de hectares estavam destinados à pecuária. Este era, em grandes traços, o mesmo modelo hispano-colonial de distribuição global da terra, que se preservou e se ampliou ao longo da república senhorial. A sistematização da violência e a multiplicação de focos de luta armada — ao aparecer a guerrilha camponesa como resposta à violência institucional — fizeram desaparecer fisicamente a pecuária de algumas regiões como as Planícies Orientais e o vale médio do rio Magdalena, ou estimularam a exportação maciça e clandestina do gado vivo. Os índices de produção agropecuária revelaram uma queda de 8 por cento entre 1947-49 e 1953-55, e os índices de preços do gado *vacum* registraram, em 1953, um aumento de 900 por cento em relação aos níveis existentes em pleno auge da república liberal.

Semelhante desarticulação do aparato produtivo agrícola foi acompanhada pelo transbordamento dos meios de pagamento e pela impetuosa expansão do gasto público, dois elementos característicos do processo de consolidação do Estado absolutista. Enquanto entre 1941 e 1945 os meios de pagamento aumentaram de 176 para 473 milhões de pesos, em 1951 haviam subido para 1.120 milhões de pesos e em 1953 para 1.600 milhões. Precisamente no lapso da maior escalada da violência — entre 1950 e 1953 —, tornou-se evidente a prevalência da *moeda bancária* (originada nos depósitos mobilizáveis por meio de cheques) sobre a *moeda estatal* (originada em emissões pelo banco central ou em depósitos oficiais), na composição dos meios de pagamento: enquanto a primeira passou de 561 milhões de pesos para 724, a segunda aumentou de 285 para 360 milhões de pesos. Na dinâmica da circulação monetária de pós-guerra, a força impulsionadora e reguladora não estava centrada no banco central, mas sim nos bancos comerciais: estes eram, precisamente, os objetivos para os quais vinte e cinco anos antes apontava a missão Kemmerer e que foram plenamente reconhecidos pelos governos que aplicaram a fórmula do novo ciclo histórico: a de *absolutismo político e liberalismo econômico*. Esta dinâmica expressava o auge do banco privado, assim como o início do processo de diversificação do aparato financeiro. Ao mesmo tempo em que se apressava a formação de sociedades de capitalização — como as de seguros —, multiplicavam-se os me-

canismos bancários de captação de poupança interna: entre essas formas novas, é necessário assinalar uma categoria especial: a das cadernetas de poupança, constituídas pelas classes pobres em busca de um mínimo de segurança pessoal numa sociedade altamente insegura e polarizada. Entre 1951 e 1953 aumentaram os depósitos de poupança no banco público e privado, de 119 milhões de pesos para 231, com uma taxa de crescimento anual que flutuou entre cerca de 20 e 33 por cento. Por meio deste sutilíssimo mecanismo, as classes mais pobres da sociedade colombiana se transformavam em financiadoras das classes ricas, do banco comercial e do Estado. No que diz respeito à expansão hipertrofiada do gasto público, este se triplicou entre 1948 e 1953, passando de 620 para 1.600 milhões de pesos (de 14 para 18 por cento do produto nacional bruto), especialmente como efeito das crescentes exigências da máquina repressiva e da rápida dilatação dos aparatos burocráticos do Estado. De 1944 a 1949, duplicou-se a massa de homens recrutados no exército e o orçamento do Ministério da Defesa chegou a representar cerca da quinta parte do orçamento geral de gastos. O ritmo de sua expansão burocrática chegou a uma rapidez que não podia sequer equiparar-se ao de atividades de tanto dinamismo como a indústria manufatureira, a construção e o transporte. Nestas condições, a inflação não somente era um produto da desordenada expansão monetária e da hipertrofia do gasto público: era também o resultado de uma política compartilhada pelo Estado, e pelas corporações econômicas no sentido de forçar o ritmo de acumulação e de propiciar uma maior concentração social da receita. O manejo corporativo dos preços e dos salários não só exigiu a ruptura da CTC como a fundação de uma nova central — a União de Trabalhadores da Colômbia — patrocinada pela oligarquia têxtil de Antioquia e pelos ideólogos corporativistas da Igreja católica. Semelhante mecanismo de controle do movimento operário tornou desnecessária a utilização do chamado *sindicalismo vertical no esquema franquista* ao conseguir que o salário não só estivesse muito atrás dos preços como também muito abaixo da produtividade por pessoa empregada. Despojou-se assim o sindicalismo de seus conteúdos classistas e de seus objetivos a longo prazo, limitando-o, estritamente, às ações destinadas a conservar um certo nível histórico dos salários reais. Entre 1938 e 1948 — de acordo com o diagnóstico da Cepal — a produtividade por pessoa empregada aumentou em 21 por cento os salários reais em apenas 6,6 por cento; e entre 1951 e 1953, o índice de salários desceu de 142 para 133, enquanto a produtividade do trabalho cresceu de 133 para 155. Dentro das bases deste ciclo histórico pôde definir-se uma tendência na qual a produtividade por pessoa empregada aumentou a uma taxa anual de 5,4 por cento e os salários reais diminuíram a uma taxa anual de 1,7 por cento. Partindo desta experiência histórica, poderiam enunciar-se as duas mais importantes leis que regulam a economia do salário dentro de um tipo de capitalismo subdesenvolvido e dependente: a de participação decrescente do trabalho na receita nacional, naquelas fases mais crí-

ticas do absolutismo político; e a de operação da inflação como um dos mais enérgicos mecanismos de limitação da capacidade de pressão e negociação do sindicalismo, em seu esforço por ultrapassar um certo nível — ou uma certa fronteira de ferro — dos salários reais.

Do ponto de vista da conformação histórica do novo processo contra-revolucionário, a Conferência Pan-americana reunida em Bogotá em abril de 1948 teve uma especial significação, já que foi presidida por Laureano Gómez como ministro das Relações Exteriores e dela participou diretamente o general George Marshall, secretário de Estado do governo dos Estados Unidos e arquiteto da guerra fria. Malgrado a qualidade política de Gaitán — caudilho do movimento popular e chefe das maiorias liberais no Congresso —, o presidente Ospina negou-lhe a participação na Conferência Pan-americana. É importante assinalar que a abertura desta conferência foi precedida pelo assassinato de Gaitán em 9 de abril e que a partir dela se produziu a imediata adoção governamental da doutrina norte-americana das fronteiras ideológicas e a ruptura das relações comerciais e diplomáticas com a União Soviética e com os países socialistas. Este era, em suma, o verdadeiro Plano Marshall para a América Latina.

No momento de realizar-se o assassinato de Gaitán — não como um ato isolado, mas como parte de um processo de desencadeamento da violência de dentro do Estado —, estava em marcha a conspiração contra-revolucionária contra o Congresso e contra as instituições vitais da democracia liberal. Em 1947 e 1949, manteve-se precariamente a maioria liberal nas duas câmaras, mas estas deixaram de ter importância política na medida em que o estado de sítio concentrou a totalidade de faculdades estatais na presidência da República e em que foi consolidando-se o regime de absolutismo político. Em 1949 o governo de Ospina fechou violentamente o Congresso e em 1950 não houve sessões ali, perdendo o Parlamento progressivamente toda capacidade de iniciativa e todo peso específico dentro dos aparelhos do Estado. O controle absoluto exercido pelo governo sobre os mecanismos eleitorais serviu para instrumentalizar um dos propósitos da violência dissuasiva: a *transformação* do partido conservador em maioria e a redução do liberalismo a uma condição minoritária, por meio da aplicação de uma política de intimidação e de terror. Nas votações parlamentares de 1947 os liberais obtiveram 805 mil 874 votos e os conservadores, 653 mil 986. Nas eleições de 1949, fechou-se ainda mais a brecha, com 890 mil votos liberais contra 780 mil conservadores. Em estado de sítio e suspensas todas as garantias constitucionais — como num país militarmente ocupado — foi *eleito* presidente Laureano Gómez com 1,14 milhão de votos contra 0,14: em quatro anos de desmobilização popular se havia transformado o grupo contra-revolucionário num partido hegemônico de governo. A contra-revolução *franquista* chegava *legalmente* à conquista do poder do Estado e a partir de então poderia aplicar, irrestritamente, uma estratégia do aniquilamento.

Nesta estratégia de Gómez, não só desempenharam decisivo papel os seqüestros institucionalizados — encarceramentos sem processo e sem juiz —, os fuzilamentos em massa, a destruição física das bases eleitorais do liberalismo — sua máquina burocrática e sua clientela eleitoral —, como a substituição implacável da antiga burocracia e a incontrolada expansão dos aparatos administrativos do Estado. A regularização do estado de sítio e a progressiva concentração do poder do Estado na presidência da República transformaram o governo no centro onímodo dos aparelhos estatais, capaz de substituir, na prática, os órgãos legislativos, jurídicos e de controle administrativo e fiscal. Por meio de decretos presidenciais determinou-se uma nova ordem de sucessão presidencial, modificou-se a composição e o funcionamento da Corte Suprema de Justiça e do Conselho de Estado, designou-se o procurador-geral, facultou-se a governadores e prefeitos a nomeação de autoridades antes eleitas por assembleias e câmaras municipais e constituiu-se um corpo político — arremedo das Cortes espanholas — destinado a elaborar um projeto de Constituição autortária e corporativa. O projeto constitucional de Gómez tinha dois eixos ideológicos: por um lado, incorporava certos princípios do franquismo como a substituição do voto universal pelo voto qualificado de famílias e grêmios, a abolição dos partidos políticos e a proibição constitucional da luta de classes; e por outro lado, negava radicalmente a tradição liberal das constituições republicanas. Ficava assim destruído, abruptamente, o modelo liberal de democracia representativa, fundamentado no voto universal, na separação dos órgãos do poder público, na organização jurídica do Estado para o reconhecimento dos direitos e liberdades relacionados com a sociedade e com a pessoa humana. É desde logo necessário refletir sobre o fato de que o absolutismo nunca se tem apresentado na história como *carência absoluta de legalidade*, mas como um sistema de concentração incontrolada do poder que é capaz de criar, segundo queira, sua própria legalidade.

A violência de aniquilamento se orientou em duas grandes direções: uma de esmagamento da mobilização popular e de instrumentação de uma ideologia anticomunista que se mostrou identificada com a nova doutrina norteamericana da guerra fria; e outra de desarticulação do liberalismo como opção de governo, atacando não só suas bases populares como também seus chefes, suas elites políticas, seu patriciado. Gómez não percebia que, na agressão aos chefes liberais como López Pumarejo e Carlos Lleras Restrepo estava golpeando o ponto mais crítico e sensível do sistema: o da identificação ideológica da oligarquia burguesa e latifundiária com o sistema político de bipartidarismo. Enquanto a violência escapava do controle do governo e desatava sua própria dinâmica, Gómez foi ficando imprensado entre duas poderosas frentes opositoras: a das elites liberais e conservadoras — que entre 1951 e 1953 se identificaram num projeto de *hegemonia política compartilhada* — e a da mobilização camponesa que no lapso de três anos passou da simples resistência à luta

armada, das formas primárias de autodefesa à organização militar para a guerra de guerrilhas. O fato de que cerca de um décimo da população — e um terço do campesinado — tivesse sofrido na própria carne o impacto da violência e tivesse contribuído com uma enorme quota de 150 ou 200 mil mortos e 150 mil exilados à Venezuela dá uma medida — se é que existem medidas quantitativas válidas — da magnitude, da natureza e dos alcances da contra-revolução de Gómez. Nesta conjuntura de transbordamento, pôs-se em evidência a incapacidade político-militar das facções que dominam o governo para enfrentar com êxito o risco iminente de uma revolução social incubada na entranha do movimento guerrilheiro, o qual, perto de 1953, havia criado seus próprios chefes militares no alto e médio Magdalena, no Tolima, no Huila, nas planícies de Casanare e do Meta (Guadalupe Salcedo, Franco Isaza, Rafael Rangel, Jacobo Prias Alape etc.), tinha em armas um contingente de 35 a 40 mil homens, e embora se encontrasse ainda disperso em mais de doze frentes regionais, já estava a caminho de conquistar a integração político-militar das forças camponesas insurrectas. Por outro lado, as forças armadas se haviam modernizado a partir da participação na guerra da Coréia, mas estavam formadas no conceito da guerra de posições e ainda careciam de adestramento para a luta militar anti-subversiva. Na medida em que a mobilização camponesa entrou na etapa superior da integração político-militar, o movimento guerrilheiro não só aparecia como uma ameaça revolucionária no sentido tradicional senão também como uma nova opção de poder. López Pumarejo e Ospina tinham suficiente perspicácia e experiência política para descobrir o que aparecia no âmago da mobilização guerrilheira e no assentamento das anárquicas e torrenciais migrações camponesas — confinadas no miserável cinturão das cidades médias e metropolitanas — empurradas pela violência rural.

Ao generalizar-se o conflito social, militar e político, para além do limite tolerável pelo sistema, Gómez estava conduzindo o país precisamente para as formas mais agressivas e revolucionárias da luta de classes. O governo se encontrou bloqueado entre as forças camponesas insurrectas e as elites liberais e conservadoras que foram radicalizando sua posição até o limite da oposição frontal e subversiva. Foi uma coalizão do patriciado dos dois partidos (López, Ospina, Lleras, Santos, Echandía, Alzate Avendaño), com o apoio da oligarquia burguesa e latifundiária, que tomou a iniciativa de propiciar o golpe militar de junho de 1953. Uma a uma, Gómez havia perdido todas as forças de apoio: as corporações econômicas, as elites liberalizantes do partido conservador, os chefes da juventude contra-revolucionária e, finalmente, as forças armadas. Produziu-se, assim, o vazio de poder que levou à presidência o general Gustavo Rojas Pinilla, em 13 de junho de 1953.

#### IV. POPULISMO MILITAR E CONDOMÍNIO OLIGÁRQUICO SOBRE O ESTADO

Havia sido superada a fase crítica da contra-revolução e debelada a ameaça insurrecional da mobilização guerrilheira por meio do golpe militar que derubou a ditadura de Gómez e instalou no governo um elenco de militares de classe média, num momento histórico em que a doutrina das fronteiras ideológicas havia aprofundado os confrontos entre as duas superpotências em nível mundial, mas em que tomava corpo a mobilização populista na Argentina e se iniciava o ciclo ascendente da revolução nacional-popular na Bolívia. Os comandos estratégicos do sistema — corporações econômicas, patriciado, elites políticas, hierarquia eclesiástica — apoiaram de imediato e sem reservas o governo militar, ao qual não somente atribuíam a enorme tarefa de desmontar a explosiva máquina da subversão social e das guerrilhas camponesas, como também a de pacificar o país, conciliar as classes e reajustar os distorcidos aparelhos do Estado com o objeto de restabelecer as regras da institucionalidade burguesa e o sistema tradicional de hegemonias políticas.

De acordo com este projeto político dos partidos, o governo militar devia constituir-se com um sentido de *provisoriedade* e de precariedade e não com um alcance histórico de *alternativa política*, devendo as forças armadas confirmar assim sua natureza de corpo arbitral e renunciando a qualquer propósito de exercício autônomo do poder do Estado. Dentro das regras institucionais da República liberal, as forças armadas se haviam definido como *apolíticas*, portanto incapazes de tomar iniciativas e de ser independentes das normas emanadas da autoridade legitimamente constituída, isto é, de acordo com os padrões jurídicos estabelecidos pelas forças dominantes nos dois partidos. Desde cedo, semelhantes formulações partiam do pressuposto de que o controle direto do Estado, o exercício do poder, a inserção no centro das relações e dos conflitos entre as classes não constituíam atividades políticas e não podiam gerar uma própria dinâmica. Por outro lado, o governo militar nascia imerso numa série de contradições, por sua própria ambivalência histórica: havia-se originado num apelo político das classes dominantes à desmobilização camponesa e ao debelamento da ameaça revolucionária e, ao mesmo tempo, expressava uma entranhada aspiração popular à paz, ao restabelecimento das liberdades e à quebra do processo contra-revolucionário.

As cidades haviam crescido hipertrofiadamente, alimentadas por uma emigração torrencial e anárquica do campesinado, a qual, na década de 50, compreendeu cerca de um milhão e meio de pessoas, 17 por cento da população rural. A migração aluvional transformou a estrutura e imagem da antiga cidade comercial e burocrática e desatou as mais intensas pressões sobre a propriedade da terra, sobre o mercado de trabalho e sobre os serviços assistenciais do Estado. Dentro dos marcos deste processo acelerado de urbanização e de me-

tropolização — com coeficientes de 5 e 7 por cento nas cidades de maior dinamismo — reapareceu um fenômeno vigente no ciclo da República liberal: a presença das massas no recinto das cidades como uma força de pressão política. Através deste fio condutor, era possível reconhecer o parentesco existente entre a mobilização das massas urbanas no curto ciclo do gaitanismo (1944-48) e o que configurou o ciclo — também extremamente curto (1953-57) — do populismo militar: o sentido caudilhista e messiânico dos camponeses recém-assentados nos cinturões marginais das cidades, a fidelidade das classes médias de província, o desejo de justiça social propagado pelo sindicalismo, a necessidade ineludível de uma redistribuição da riqueza e do poder. Foram essas mudanças na estrutura do povoamento, da ocupação do espaço e do emprego da população colombiana que determinaram a linha populista do governo militar entre 1953 e 1955, dirigida a introduzir as concepções justicialistas da economia de bem-estar e a promover a expansão dos serviços assistenciais do Estado. Esta linha política requereu, para aprofundar-se, o apoio do sindicalismo e o desencadeamento de um movimento de massas fora da capacidade de controle político dos partidos tradicionais. Restabeleceu-se a CTC, fundou-se uma nova central operária (a CTN) e a mobilização popular se articulou politicamente no Movimento de Ação Nacional (MAN). A formação destas bases populares de apoio à linha autônoma e populista do governo militar teve um duplo efeito: por um lado, designar ao governo uma tarefa política independente dos partidos liberal e conservador; por outro lado, clarear certos objetivos estratégicos relacionados com a necessidade de redefinir o tipo de capitalismo de Estado e as políticas de redistribuição social da renda por meio da tributação, dos salários, dos preços e dos serviços assistenciais. Embora a tendência rumo ao capitalismo de Estado se houvesse iniciado desde o ciclo da República liberal e houvesse sido impulsionada pelo governo de Ospina, foi durante o governo militar que ela adquiriu maior peso e coerência, ao articular-se um setor de empresas estatais nas áreas do petróleo, da siderurgia, da energia elétrica, do transporte ferroviário ou na comercialização de produtos agropecuários. Nesta mesma fase, levantaram-se diante do governo militar exigências como limitar o desmedido poder dos bancos (que por então aspiravam a organizar um sistema de corporações financeiras sob sua absoluta hegemonia), neutralizar as pressões dirigidas a impor a desvalorização periódica da moeda (relação peso-dólar), regular a operação das corporações transnacionais, promover o financiamento da inversão nacional pela via preferencial da mobilização dos recursos internos de poupança e frear a expansão das economias especulativas como forças motoras do mercado interno. Entre 1954 e 1956 o país não só alcançou o mais alto nível de inversão de sua história contemporânea — 25 por cento do produto — como o mais elevado coeficiente de inversão financiada com recursos internos, chegando a representar cerca de 22 por cento do produto. Por volta de 1955, haviam-se estabelecido mecanismos de intervenção estatal nos

bancos privados e se haviam bloqueado os canais através dos quais eles controlavam a comercialização de certos produtos no mercado interno por meio dos armazéns de depósito, havendo-se criado uma corporação estatal capaz de canalizar e regular os recursos nacionais de financiamento do desenvolvimento. Dois fatos se encarregaram de abrir definitivamente a brecha entre o governo militar e as forças sociais e políticas que dois anos antes haviam auspiciado o golpe de Estado: a constituição do MAN como forma independente de mobilização política das massas; e a recusa do governo a convocar eleições e restabelecer plenamente as normas tradicionais das hegemonias políticas. Havia-se produzido, neste instante, o confronto entre a mecânica vertical do sistema bipartidarista e a dinâmica do sistema populista de mobilização social. Nesta nova conjuntura, o governo abandonava os propósitos iniciais de transitoriedade e de exercício vicário do poder e adotava o objetivo político de tornar-se independente da tutela liberal-conservadora. Supunha, em conseqüência, o desencadeamento de uma nova crise dos partidos tradicionais, ao produzir-se um esvaziamento de suas clientelas e um desmoronamento dos mecanismos consuetudinários de manipulação política da classe baixa do povo.

Por esta brecha histórica, haviam regressado de novo as massas ao cenário nacional — como nas épocas de María Cano, López Pumarejo e Gaitán — e de novo se colocava o problema do confronto entre o poder econômico e o poder político. Mas no instante em que as elites dos partidos, os velhos caudilhos e a oligarquia burguesa tomava consciência do problema e da necessidade de privar o governo militar de todo apoio, careciam de organização e poder suficientes para constituir um sistema coerente, aberto e eficaz de oposição. Por isso, a primeira manobra opositora teve um sentido de ação indireta, empurrando a hierarquia católica a proscrever o MAN como contrário à doutrina religiosa e à moral cristã. “O que mais preocupa a Igreja” — dizia o cardeal arcebispo primaz da Colômbia — “é ver na primeira linha, como dirigentes da terceira força, os dirigentes de movimentos condenados pela hierarquia eclesiástica como a CNT, a CTC, o socialismo, o comunismo e outros movimentos que não têm a confiança da Igreja.” O governo militar não tinha a sagacidade política para penetrar no âmago desta hábil manobra de desvio e decidiu encolher-se, dissolvendo o Movimento de Ação Nacional e renunciando com isso às possibilidades de realizar uma política independente de reformas. A oligarquia havia conseguido por este meio a mais imprevista e decisiva vitória tática, provocando a dissociação entre governo militar e classes trabalhadoras mobilizadas. Desde logo, a desmobilização da *terceira força* não só expressava a limitada visão política dos que chefiavam o governo militar, mas também o baixo nível de consciência social das massas incorporadas à mobilização populista. Daí para a frente, o governo militar ficaria como um poder cativo e no ar, sem capacidade de iniciativa, sem outras bases de sustentação além das próprias forças armadas. O golpe final foi uma justa expressão do grau de coesão

política e de capacidade de manobra a que haviam chegado as elites do poder, dentro das corporações econômicas e dentro dos partidos: já não estavam só López Pumarejo e Ospina, seus líderes mais perspicazes, que desde 1944 haviam exposto a doutrina da identificação ideológica dos dois partidos e da necessidade de articular um novo sistema de hegemonia compartilhada. Esta foi, exatamente, a conjuntura do novo contrato social entre a totalidade de forças dominantes, liberais e conservadoras: nesse novo pacto não estavam presentes só López e Ospina, Eduardo Santos e Alberto Lleras, Carlos Lleras Restrepo e Alzate Avendaño, Guillermo León Valencia e Misael Pastrana Borrero, mas também Laureano Gómez, o caudilho contra-revolucionário que desde 1936 se havia alçado contra as instituições da democracia liberal e desde 1950 havia preconizado a exigência de um sistema de partido único. Desde logo, também estava presente o estado-maior da Associação Nacional de Industriais (ANDI) e a enérgica burguesia industrial e financeira de Antioquia, a mesma que havia promovido a derrota política de Gaitán, a organização do sindicalismo anti-revolucionário e a derrubada de Laureano Gómez.

Nesta última hora — em maio de 1953 —, o governo só tinha um caminho de permanência: a audaz aplicação de um programa de profundas reformas econômicas e sociais que mobilizasse o povo e lhe mostrasse a possibilidade de sua participação nas novas estruturas do Estado. Mas nesta última hora, o governo militar havia perdido a iniciativa, encontrava-se dividido internamente e havia deixado de ser uma força arbitral. A derrubada de Rojas se produziu por meio de uma acertada combinação de três operações: a cominação da hierarquia eclesiástica ao presidente para que abandonasse o poder; a greve patronal organizada pela ANDI e que paralisou a totalidade da indústria manufatureira; e a divisão dos generais que apareciam como colunas sustentadoras do governo. A vanguarda nesta ofensiva final estava constituída pelos estudantes e pelas classes médias, os estamentos mais sensíveis às formulações retóricas dos partidos sobre *regresso à constitucionalidade democrática*, ao exercício pleno das liberdades e à demolição da ditadura militar. O presidente abandonou o poder, sem luta, em 10 de maio de 1957, constituindo-se uma junta de generais destinada a presidir o plebiscito que não só entregaria a totalidade do poder aos dois partidos, mas que daria ao sistema de *condomínio oligárquico* sobre o Estado a categoria de uma norma constitucional. Havia-se chegado assim à última fase do processo histórico contra-revolucionário — o da hegemonia compartilhada sobre todos os aparatos da economia, da sociedade e do Estado — depois de atravessar, no brevíssimo lapso de uma década, três fundamentais e trágicas etapas: a do reagrupamento de forças políticas de acordo com as exigências do processo de concentração econômica e da moderna estrutura corporativa (governo de A. Lleras); a da violência dissuasiva, na qual se transformaram substancialmente as relações eleitorais entre os dois partidos e se assentaram as bases para os governos de coalizão paritária (governo de Os-

pina); e a da violência de aniquilamento, na qual se demonstrou a impossibilidade histórica — na moderna sociedade colombiana — de uma hegemonia exercida por um só partido e por uma só fração da oligarquia burguesa e latifundiária. A frente Nacional Bipartidária — negociada originalmente entre Laureano Gómez e Alberto Lleras — se constituía na espinha dorsal do novo sistema político consagrado pelo plebiscito de 1958 e caracterizado por estes elementos: condomínio compartilhado pelos dois partidos oficiais sobre a totalidade de aparatos do Estado, tanto os de caráter representativo como operacional, incluindo a hipertrofiada constelação de institutos descentralizados; exclusão política das forças sociais não expressas nem representadas pelos dois partidos oficiais; centralização crescente do poder do Estado no presidente da República (dentro das regras da alternância da presidência entre os dois partidos do condomínio), por meio do funcionamento de um regime jurídico de exceção (*estado de sítio, emergência econômica e facultades extraordinárias*); abdicação, pelo Congresso, de suas facultades fundamentais de iniciativa em matéria econômica, administrativa, fiscal e financeira; paridade burocrática e orçamentária, como fundamento do condomínio liberal-conservador e como meio de indentificação prática dos grupos sociais constituídos no bloco de poder, estimulando a hipertrofia dos aparatos administrativos do Estado e sua distribuição milimétrica entre as clientelas dos partidos; eliminação do conceito democrático de maiorias e minorias dentro dos órgãos de representação popular; e bloqueio dos projetos de reforma ao se estabelecer a exigência, para sua aprovação, de dois terços dos votos. A maior parte destes princípios normativos se aprovou globalmente e sem debate algum no plebiscito de 1958, e outros — como os relacionados com o Congresso — constituíram a matéria central na reforma constitucional de 1968, promovida por Carlos Lleras e Alfonso López Michelsen. Na prática do *sistema de hegemonia compartilhada* ficavam abolidas todas as normas essenciais da democracia liberal: a separação dos órgãos do poder público, os controles democráticos sobre o exercício do orçamento, o jogo das maiorias e minorias dentro da totalidade de órgãos representativos do Estado, a possibilidade de uma oposição democrática e com garantias constitucionais. Desde cedo, o suporte fundamental do sistema residia no monopólio bipartidário sobre a representação popular e sobre os aparatos eleitorais: ficavam assim marginalizadas ou eliminadas tanto as forças sociais revolucionárias como as reformistas, bloqueando todas as vias institucionais para o funcionamento da oposição, dentro ou fora dos partidos oficiais. Na regulamentação do plebiscito — feita pelo conselho de ministros da junta de generais — ficou consagrada esta doutrina da hegemonia compartilhada, da paridade liberal-conservadora e da negociação rasa dos direitos eleitorais e políticos dos cidadãos não filiados aos partidos oficiais: “art. 1º: será nula a eleição para membro das câmaras legislativas, das assembleias departamentais e das câmaras municipais de cidadãos que não pertençam aos dois partidos tradicionais, o con-

servador e o liberal”. Esta era a ata de óbito da democracia liberal e o *fundamento legal* para que os *governos de minoria* pudessem ter a aparência (deixando de votar 65 ou 75 por cento dos cidadãos com direito teórico a voto) de governos de maioria. Era evidente que, por este caminho, não só se havia conseguido a integração — num sistema vertebrado — do poder econômico e do poder político, como a identificação ideológica do sistema de partidos através do qual se tem exercido o controle sobre massas eleitoras, sobre os órgãos de representação e sobre o Estado: no condomínio exercido durante 16 anos, o que tem estado emergindo é *um sistema de dois partidos politicamente conservadores e economicamente liberais*. Por este novo método da hegemonia compartilhada, não só se redefiniu o papel dos dois partidos e se eliminaram as fontes de confronto e de conflito entre partido e partido, mas também se extirparam os fatores de confronto entre diversos órgãos do Estado. O fundamento deste sistema político era, então, um governo de minorias com uma categoria de constitucionalidade democrática e a forma legal de uma maioria, embora dentro deste sistema exclusivista e cerrado a maioria tivesse de refugiar-se na *abstenção eleitoral*. Em 1960, em pleno auge da Frente Nacional e do governo de Alberto Lleras, não participaram das eleições 60 por cento dos cidadãos com direito a voto; em 1964, esse coeficiente subiu para 69 por cento, em 1968 — reintegrada ao sistema de condomínio uma dissidência tática tão importante como o Movimento Revolucionário Liberal (MRL) — a abstenção chegou a 70 por cento; em 1970 a abstenção se reduziu a 54 por cento como efeito da catalisação de forças sociais e políticas produzida nessa eleição presidencial; e em 1974 a abstenção só foi de 50 por cento de uma massa eleitora de dez milhões de cidadãos, como efeito da maneira equívoca como se apresentaram as candidaturas presidenciais de López Michelsen e A. Gómez Hurtado — filhos de Alfonso López Pumarejo e Laureano Gómez — e de partidos de oposição como a Aliança Nacional Popular e o Partido Comunista.

Dentro destes marcos institucionais e políticos se definiram os novos traços do modelo de capitalismo dependente — na ordem econômica, social, cultural e política — e se produziram na estrutura populacional aquelas mudanças determinadas pela exigência da industrialização e da moderna economia de mercado. Semelhantes mudanças nos padrões de ocupação do espaço eram quase coincidentes com a aceleração das taxas de crescimento populacional e com o paulatino predomínio dos diversos tipos de assentamento urbano. Na década de 60, o crescimento demográfico chegou a seus mais altos níveis — 3,5 por cento anual — assim como o processo de expansão do triângulo metropolitano Bogotá-Medellín-Cali. Do ciclo da República liberal ao do condomínio oligárquico se havia transformado a imagem física da sociedade colombiana, passando a *população concentrada* de 29 por cento em 1938 para 61 por cento em 1973 e uma taxa média de crescimento de 4,2 por cento e descendo a proporção da *população dispersa* de 70,9 por cento para 49 por cento no mesmo período.

A acomodação espacial e econômica da população — que se foi expressando no processo de urbanização e na expansão hipertrofiada das economias terciárias — implicava uma mudança profunda nas exigências de emprego e de serviços assistenciais do Estado: na década de 70, a população das cidades aumentou a uma taxa anual de 200 mil pessoas, a população rural cresceu a razão de 40 mil pessoas ativas e a população infantil a uma taxa de 700 mil crianças demandando escola. As mudanças radicais na pirâmide de idades e na estrutura de ocupação determinaram um dos mais drásticos desajustes da sociedade colombiana contemporânea, pela incapacidade do Estado e das economias privadas em responder às intensas e progressivas demandas de emprego, educação, saúde e habitação. Por outro lado, o processo de *concentração* e de *centralização* da riqueza, das receitas, da cultura e do poder político desencadeou uma aguda confrontação entre o *modelo norte-americano de modernização tecnológica* e os *padrões mercantilistas de assalariamento* que funcionam na aplicação das regras tradicionais de oferta e procura de mão-de-obra num mercado sem maiores exigências de qualificação e não de acordo com os níveis de produtividade do trabalho e com as necessidades de expansão do mercado interno. Não obstante a influência dos padrões tecnológicos norte-americanos (taylorismo e fordismo, no plano da organização do trabalho), conservaram-se as concepções que consideram o *salário baixo* o principal suporte da capacidade competitiva da empresa capitalista.

Na ordem econômica, a modernização capitalista orientou-se nestas grandes direções: a de articulação de uma estrutura industrial produtora de bens intermediários e de capital e introdutora — através das corporações transnacionais — de sofisticadas técnicas originadas no aparato produtivo da metrópole e sem relação alguma com o desenvolvimento nacional da investigação científica e tecnológica; a de transformação qualitativa da estrutura importadora, com o objetivo de responder às exigências da indústria manufatureira, introduzindo nela, desde a metrópole, bens de capital, semimanufaturas, patentes e marcas; a de intensificação e diversificação da economia exportadora, tanto em função das exigências do esquema de divisão internacional do trabalho no qual o país está inserido, como em resposta às demandas financeiras do modelo de industrialização e de crescimento econômico; a de expansão e reorganização da agricultura, melhorando — dentro dos singulares padrões de racionalidade do capitalismo dependente — a distribuição global dos recursos físicos e os níveis de produtividade nas áreas mais diretamente relacionadas com as demandas do mercado externo e interno; a de ampliação e diversificação do aparato financeiro, com o objetivo de estabilizar um mercado interno de capitais articulado com as necessidades do novo aparato industrial e com o sistema de relações com o mercado financeiro da metrópole; e a de atribuir à indústria de construção a mais alta responsabilidade como economia geradora de emprego, não só por sua associação com o fenômeno da *explosão urbana* como

pela necessidade de dar alguma resposta à intensa procura de habitação nas cidades e de canalizar o exagerado processo de supervalorização comercial da terra.

Não obstante a crescente diversificação do processo econômico e a sofisticação das políticas de modernização capitalista — em parte produto das missões norte-americanas de assistência técnica e em parte efeito da incorporação aos quadros do Estado de uma elite tecnocrática recrutada das classes altas e formada profissionalmente nas escolas de Harvard, Boston, Yale ou Massachussets — o ritmo de crescimento do produto interno bruto por habitante apenas alcançou 1,3 por cento anual na década de 60 — década da Aliança para o Progresso —, enquanto no resto da América Latina (sem Cuba) havia chegado à taxa, bastante medíocre, de 2.7 por cento anual (Cepal, dados oficiais, 1976). Todavia, o problema essencial que se formula nesta análise não é da incapacidade absoluta do modelo de capitalismo subdesenvolvido e dependente de aumentar — ainda que irregular e precariamente — a inversão ou o produto por habitante. A experiência histórica tem demonstrado que em 16 anos de hegemonia bipartidária compartilhada, o país no pôde conquistar um *ritmo permanentemente sustentado de crescimento* — e muito menos auto-sustentado —, mas, isso sim, esteve em condições de obter (em circunstâncias como as criadas entre 1971-1973 ao efetuar-se uma concentração excepcional de recursos nacionais na indústria da construção nas grandes cidades e no estímulo às exportações) uma taxa de crescimento do produto por habitante de 3,8 por cento, embora nos anos seguintes descesse para 3 e 1,6 por cento, apesar da redução das taxas de aumento populacional (Cepal, dados oficiais, 1976). Ainda em condições de extrema concentração do poder econômico e do poder político, de polarizada distribuição da riqueza nacional e de congelamento dos salários reais, foi possível resolver o problema do crescimento econômico, em termos de incremento irregular e flutuante do produto por habitante: o que ultrapassou e ultrapassa, radicalmente, a capacidade do sistema político-econômico é a possibilidade de que se enfrente e resolva o *problema estratégico do desenvolvimento*, enquanto processo que expressa a *transformação global das condições históricas de vida* de uma sociedade organizada politicamente. A concepção do desenvolvimento não pode limitar-se às noções quantitativas e equívocas de *crescimento econômico* e de *níveis de bem-estar* — tal como foi propagado na América Latina pela ideologia desenvolvimentista — já que se relaciona com a maneira como existe a sociedade em seu conjunto, com a qualidade da vida, com a autenticidade das instituições que regulam a ordem jurídica, com o papel da cultura, com a composição e papel do Estado, com o uso racional dos recursos humanos e naturais de que toda comunidade dispõe e, sem dúvida, também com a capacidade de participar autonomamente das grandes conquistas culturais do mundo contemporâneo. A perpetuação do condomínio oligárquico implica, então, um bloqueio das possibilidades de que a nação

colombiana se desenvolva e conquiste um lugar próprio no mundo. A última fase da industrialização substitutiva se iniciou no segundo pós-guerra e se caracterizou por apoiar-se nas transnacionais, no modelo tecnológico norteamericano e na transformação tanto da estrutura das importações como do mercado financeiro interno. Embora o setor manufatureiro só haja conseguido participar em pouco mais da décima parte das exportações — na década de 60 —, ele necessitou absorver cerca das três quartas partes da importação, precisamente as de maior densidade de valor: as importações de insumos e bens de capital destinados à agricultura apenas representam — no final dos anos 60 — 3,5 por cento, como efeito da substituição industrial realizada pelas transnacionais dentro do mercado interno. As novas correntes de inversão estrangeira se orientarão a partir do segundo pós-guerra para a indústria manufatureira, as instituições de financiamento e certas áreas do setor terciário como as relacionadas com o aparato de publicidade que tão decisivo papel tem desempenhado na orientação ideológica dos meios de comunicação social. Em 1969, 85 por cento da inversão estrangeira se orientou nessa direção: nesse mesmo ano, seis grandes bancos estrangeiros dispunham de 15 por cento dos ativos bancários, embora sua importância fosse mais qualitativa que quantitativa. A operação das transnacionais, sobre a base de uma transferência colonial de tecnologias desde a metrópole, tem determinado uma série de transtornos na economia colombiana: a rigidez da nova estrutura importadora; a insuficiente capacidade de emprego do aparato industrial mais moderno e dinâmico, apesar de os estabelecimentos com inversão estrangeira direta ocuparem 28 por cento dos trabalhadores empregados na indústria manufatureira; a formação de duas estruturas industriais superpostas; a drástica redução do aportes reais de capital das transnacionais, ao passo que estas se financiaram com reinversões e com créditos obtidos no mercado interno. Existe um aspecto — pouco esclarecido — em relação ao papel das corporações transnacionais na segunda fase da industrialização substitutiva: relaciona-se com o fato de que, no que diz respeito às subsidiárias manufatureiras estabelecidas no país entre 1958 e 1967, só 36 por cento correspondiam a *empresas novas*; uns 29 por cento estavam constituídos por subsidiárias de subsidiárias já existentes e uns 18 por cento por empresas instaladas com anterioridade. Neste mesmo período, as vendas feitas por aquelas empresas manufatureiras situadas no país passavam de 69 a 358 milhões de dólares, correspondendo 90 por cento a vendas locais, enquanto nos cinco países do pacto sub-regional andino (antes do ingresso da Venezuela) essas vendas cresceram de 151 a 743 milhões de dólares: o que equivale a dizer que, num decênio clássico pela plena vigência da Aliança para o Progresso e do condomínio bipartidário, as vendas feitas pelas corporações transnacionais manufatureiras na Colômbia representaram cerca da metade das efetuadas na totalidade da área andina. Foram essas condições históricas que possibilitaram a transformação das transnacionais no centro dinâmico das re-

lações de dependência e do sistema de mercado interno. Em razão da limitada magnitude desse mercado e da natureza da nova indústria manufatureira — organizada de acordo com os padrões metropolitanos das economias de escala — no último ciclo fortaleceu-se ainda mais o processo histórico de concentração. Em fins dos anos 60, revelou-se que as pequenas empresas constituíam 77 por cento do total aplicado, com 9 por cento da produção bruta e 7 por cento dos salários pagos; e os grandes estabelecimentos — 9 por cento do total — concentravam quase nove décimos da inversão bruta, participavam em 75 por cento da produção e pagavam 82 por cento dos salários. Apesar das mistificadas hipóteses acerca da democratização do capital por meio da sociedade anônima, 16 empresas manufatureiras dispunham de 82 por cento do capital total; e estimando uma média de sete membros por junta diretora, resultaria que menos de cem pessoas estariam controlando a capacidade de decisão de semelhante aparato econômico. Outra expressão do processo de concentração econômica — relativamente mais intenso e profundo nas sociedades latino-americanas que nos países capitalistas desenvolvidos — tem sido a *centralização geográfica* da manufatura e dos aparatos reitores do mercado interno: sem a gravitação destes fatores, não se poderia explicar a dinâmica dos processos centralizadores nas órbitas do Estado, da vida política, da cultura, dos meios de comunicação social.

Em 1976, a indústria manufatureira se encontrava centralizada em quatro cidades (Bogotá-Medellín-Cali-Barranquilla), nas quais se têm localizado cerca de 60 por cento dos estabelecimentos industriais, com mais de 70 por cento do pessoal ocupado, com 73 por cento dos salários pagos e com 69 por cento da produção setorial. Estas condições históricas da industrialização têm determinado uma taxa de incremento do produto industrial bastante irregular e que tem flutuado entre 2,5 e 6 por cento anuais, uma quase nula capacidade de redução do desemprego urbano, uma participação na geração do produto bruto que não tem passado de um quinto deste — enquanto na Argentina e no México tem representado mais da terça parte e tem-se constituído no centro principal das relações sociais de produção das respectivas economias nacionais — e uma necessidade de apelar ao resconto no banco central, por intermédio das Corporações Financeiras, quando estas não têm podido competir no mercado interno de capitais com os UPACS (valores de poder aquisitivo constante), com os certificados de depósito a prazo ou com os valores cuja rentabilidade nominal tem flutuado entre 26 e 35 por cento.

A modernização do aparato de financiamento tem-se orientado com um sentido de ampliação e diversificação, com o objetivo de tornar possível o funcionamento de um mercado interno de capital e de que através dele possam canalizar-se os recursos de poupança interna ou as correntes de capital estrangeiro. Entretanto, as tendências especulativas, que têm expressado a hipertrofia das economias terciárias e as irrefreáveis pressões para a maximização da

taxa de lucro, ultrapassaram a capacidade de operação das corporações financeiras privadas, precisamente as que se criaram como primeiro ato do Condomínio oligárquico ao ser derrubado o governo militar-populista. Esta é a razão por que ainda sociedades de capitalização como as de seguros comerciais se tenham encontrado inseridas numa tendência rumo à inversão em bem de raiz ou à manipulação comercial e financeira. A eleição da indústria de construção como o setor-chave do crescimento econômico e da política estatal de emprego (1970-1974) estimulou ainda mais estas tendências à distorsão especulativa da inversão, acelerando o processo de supervalorização comercial da terra — urbana, suburbana e rural — e um progressivo encarecimento dos materiais de construção; a exportação deste tipo de bens, especialmente para a Venezuela e o Equador, cresceu a uma taxa de 40 por cento entre 1970 e 1975, aumentando em 165 por cento o custo de sua manufatura. O resultado de semelhante *estratégia de crescimento* foi um aumento anormal da construção de moradias para classes de altas rendas, o excessivo encarecimento dos materiais de construção — impondo maiores sacrifícios às classes pobres — e a utilização governamental de um mecanismo inflacionário, o UPAC, para a captação de poupança interna com destino ao financiamento da construção. De 1973 a 1976, a poupança financeira captada pelos UPACS passou de 4.600 milhões para 17.550 milhões de pesos, ou seja, 20 por cento da poupança nacional neste último ano. O transbordamento dos UPACS e a desarticulação do mercado de capitais têm determinado uma progressiva tendência ao endividamento externo — privado e público — e à captação em grande escala da poupança originada nas classes pobres. A superintendência de sociedades anônimas (1968) tem registrado esta tendência ao endividamento externo da empresa privada, assinando para quase todo o decênio um coeficiente de 75 por cento sobre o total de fontes internas e externas utilizada. Em 1975, de uma dívida pública de 58.146 milhões de pesos, 70 por cento correspondia a dívida externa, elevando-se para \$0,97 o coeficiente de endividamento público. No plano da economia de Estado, tanto a República senhorial quanto as novas formas de modernização capitalista tenderam sempre a financiar-se com endividamento externo, inglês ou norte-americano. Entre os ciclos do governo militar-populista e o de pleno auge do condomínio oligárquico sobre o Estado (1954-56 e 1966-68), produziu-se uma queda quase vertical da inversão colombiana de 25,2 por cento para 18 por cento, e da inversão financiada com recursos internos de 21,7 por cento para 11,9 por cento do produto, aumentando o ingresso bruto de capital estrangeiro de 3,49 por cento para 6,21 por cento: demonstrava-se assim que este não era um fenômeno circunstancial, mas que constituía uma das peças mestras do modelo histórico de capitalismo dependente (Cepal, dados oficiais). A poupança das classes pobres — depositada em bancos comerciais e públicos — cresceu entre 1973 e 1975 de cerca de 8.000 milhões até 12.153 milhões de pesos, revelando uma extraordinária capacidade de cobrir uma parte do vazio

criado no mercado interno de capitais e de desviar as pressões tributárias por meio das quais o Estado podia aumentar a taxa nacional de poupança onerando as rendas ou comprimindo os consumos suntuários das classes ricas. Em 1975 (governo de López Michelsen) este tipo de poupança chegou a representar 32 por cento da poupança financeira líquida do país, demonstrando a envergadura e a eficácia da política do condomínio oligárquico, destinada a transformar as classes pobres em financiadoras em grande escala dos banqueiros comerciais e do Estado: em 1975, as contas de poupança ascendiam a 7.400 milhões de pesos nos bancos comerciais privados e a cerca de 5.000 milhões no banco estatal.

A modernização capitalista da agricultura tem-se apoiado em diversas linhas operacionais: melhoramento da infra-estrutura e das condições de comercialização agropecuária (sistema de armazenamento, transporte, ensacamento, tipificação de produtos, pesos e medidas etc.); criação de agências comerciais do Estado, destinadas à regulamentação de certas condições de comercialização de grãos e produtos oleaginosos com exigência de processamento industrial; estímulo estatal à transformação de latifúndios pecuaristas e agrícolas localizados em áreas de elevada valorização comercial — como o vale do Cauca ou as planícies do Tolima — por meio de transferência de sofisticadas tecnologias de fertilização, mecanização etc.; apoio estatal à cartelização de grandes produtores e vendedores — como no caso da Distribuidora de Açúcar, financiada com recursos do orçamento público e dotada de faculdades de regulação do mercado interno — ou aplicação de um modelo marginal de reforma agrária e colonização, inspirada nas linhas ideológicas da Aliança para o Progresso e fundamentada na difusão da economia parcelária, na consolidação do mercado capitalista de terra agrícola, na ampliação das classes médias rurais e no desvio da pressão camponesa sobre a terra por meio do estímulo à ocupação das terras baldias da periferia. A modernização tecnológica dos latifúndios localizados nas regiões estratégicas do crescimento capitalista (vales do Cauca, do Magdalena baixo e médio, do Sinu etc.) se orientou para o abastecimento do mercado interno de açúcar, algodão, arroz, oleaginosas, sorgo, provocando nas décadas de 50 e 60 uma mudança substancial no padrão geral de uso dos recursos físicos e uma realocação da agricultura nas melhores terras mecanizáveis do vale, litoral e altiplano. Este foi o período histórico em que a agricultura desceu das encostas e em que a pecuária começou a vincular-se aos cultivos forrageiros e aos alimentos concentrados produzidos pelas corporações transnacionais. Neste processo se modificaram também as relações sociais nessas áreas modernizadas — substituindo-se o colonato, a peonagem tradicional e as parcerias servis pelo assalariamento —, precipitou-se a decomposição das economias camponesas e se modificou, numa certa medida, o tipo de concentração da propriedade agrária, especialmente em certas regiões de mais

intensa valorização comercial, como as do café, da cana-de-açúcar, do algodão, do arroz e das oleaginosas. O problema da modernização deve ser abordado não como um processo global e a nível de toda a estrutura, mas antes como um fenômeno circunscrito a certas áreas nevrálgicas: na órbita das explorações cafeeiras de 20 a 50 hectares (a densidade econômica da plantação modificou o conceito tradicional de grande ou média exploração agrícola), a produtividade passou de meia tonelada a quinze toneladas de grão por hectare ao efetuar-se o trânsito — neste tipo de plantação — do tipo *arábico* ao *caturreira* e das técnicas altamente seletivas às de intensa fertilização e cultivo sem sombra; e nos complexos agroindustriais açucareiros do vale do Cauca, a produtividade cresceu de 10 toneladas (produtividade da pequena quinta tradicional no cinturão subtropical andino) até 100 toneladas de cana por hectare. Esta imagem da modernização tecnológica só se pode interpretar dentro de seu contexto social, já que, em termos globais, a mecanização se limitou a 1 por cento das explorações médias e a 14 por cento das unidades com menos de 1 mil hectares; no que toca às pequenas explorações (com menos de 10 hectares), 68 por cento têm empregado, exclusivamente, a força humana. O uso de semente geneticamente melhorada se circunscreveu aos cultivos comerciais do algodão e da soja e na agricultura da batata — característica de *terras frias* e de pequenas e médias culturas — e foi registrado em apenas 1 por cento da área total cultivada (ICA 1971). A expansão da fertilização química tem sido regulada pelas condições monopólicas impostas pelas corporações industriais: entre 1958 e 1967, o índice de preços agrícolas cresceu em 167 por cento e o de fertilizantes em 218 por cento, com efeito da concentrada estrutura produtora de insumos para o setor agropecuário. Em geral, a produtividade por trabalhador ocupado tem sido mais elevada nas grandes unidades latifundistas, e a produtividade por hectare — como efeito da desproporcional carga trabalhista que suporta — tem sido mais elevada nos minifúndios. De acordo com o Comitê Inter-americano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA), as grandes explorações latifundistas de todo tipo representavam 0,5 por cento das explorações, possuíam 45 por cento da terra agrícola, empregavam apenas 5 por cento da mão-de-obra rural e registravam uma produtividade por hectare de terra cultivada que era só 80 por cento da obtida nas explorações minifundistas. O minifúndio — representando 63 por cento das explorações — apenas dispunha de cinco por cento da terra, devia empregar nela cerca de 60 por cento da mão-de-obra rural e sua produtividade por trabalhador agrícola era inferior em 895 por cento à correspondente às explorações latifundistas. O censo de 1970 não registrou variações substanciais na distribuição geral da terra: os imóveis com menos de cinco hectares (médias de 2,3 hectares) representavam 70 por cento do total das exportações, com 5,6 por cento da superfície; e as explorações superiores a 300 hectares — 0,8 por cento do total — podiam dispor de 40 por cento da terra agrícola, a de mais intensa valorização comercial e mais alto nível de renda. No estrato mais

baixo das economias minifundistas, 33 por cento dos imóveis com menos de um hectare apenas ocupavam 0,7 por cento da terra.

Apesar das mudanças operadas no processo de modernização capitalista da agricultura, tanto as necessidades globais do crescimento econômico quanto a pressão interna exercida por um milhão e meio de famílias camponesas sem terra e por um crescimento anual da população rural em 40 mil famílias (CIDA, 1960) puseram em xeque os padrões de propriedade e emprego da estrutura agrária e desencadearam os mais agudos conflitos políticos e sociais. Estes fatores de conflito social — unidos aos processos de radicalização do movimento operário e das elites intelectuais da classe média comocionada pelas vitórias político-militares da Revolução Cubana — conduziram os próprios grupos do condomínio oligárquico a promover e aplicar, a partir de 1962, um tipo de reforma agrária inspirado no esquema tecnocrático auspiciado na década de 60 pela Aliança para o Progresso. A lei de reforma agrária foi o produto de uma cuidadosa negociação entre os setores políticos do condomínio, com exclusão das classes populares e, particularmente, do campesinado, orientado-se para a *colonização de baldios em regiões periféricas*, para o *parcelamento de latifúndios marginais* e para a *inversão estatal* em obras de readequação física de terras. Numa década de execução deste tipo marginal de reforma agrária, mais de 95 por cento das operações do Instituto Colombiano de Reforma Agrária consistiram em adjudicação de terras baldias a colonos espontâneos, isto é, nada mais que legitimação de posses. Na década se expropriaram no total 33 imóveis — 0,4 por cento das terras adquiridas pelo INCORA — atribuindo-as a 13 mil 800 famílias: ou seja, que as operações de redistribuição e reforma agrária não conseguiram afetar nem um por cento de uma área agrícola aproveitável estimada em 15 milhões de hectares, nem a massa de camponeses beneficiários se aproximou de um por cento das famílias camponesas carentes de terra, que eram perto de um milhão e meio desde 1960 (CIDA). A maior parte das ações do INCORA tem sido, em consequência, atribuição pura e simples de baldios (2,6 milhões de hectares para 81 mil 181 beneficiários) localizados na periferia do país e sem obras de adequação e saneamento e não operações de redistribuição das terras já incorporadas à estrutura. Obviamente, é muito mais custosa para o Estado a instalação de uma família camponesa nas encostas boscosas do sopé amazônico, em termos simplesmente econômicos, que seu assentamento numa área de latifúndio do Cauca ou do Tolima: mas o problema não se pode abordar como uma questão de *racionalidade econômica*, mas sim de *racionalidade política*, do ponto de vista dos interesses e objetivos dos grupos que controlam o Estado. É esta a razão válida pela qual a reforma agrária — promovida e executada pelos sócios políticos do condomínio — não pôde orientar-se para a transformação da estrutura latifundista e para a instrumentação de um *projeto nacional de desenvolvimento*, mas para a obtenção de alguns limitados objetivos: o desvio da pressão camponesa sobre a terra,

impulsionando-a para as afastadas regiões de colonização; a abertura da fronteira agrícola mais além dos limites do território já incorporado à exploração econômica, desempenhando a colonização espontânea uma função de mecanismo de *reprodução do sistema nos novos espaços* (áreas periféricas das planícies orientais, zonas boscosas do Magdalena médio, sopé amazônico etc.) ou de força de pressão sobre o Estado para que este assumia a responsabilidade de construir as obras de integração física; e a realização de projetos de readequação de terras — regos e drenagens — que, embora tenham podido vincular-se aos objetivos de parcelamento em áreas com necessidades de agricultura intensiva, gozaram, na esperançada década da Aliança para o Progresso, da faculdade privilegiada de canalizar recursos internacionais de financiamento e acudiram em apoio dos processos de supervalorização comercial da terra. O problema central — com este *tipo marginal de reforma agrária* — tem consistido em que não tem podido cumprir seus limitados fins de incremento substancial do produto agrícola por habitante, de diminuição dos conflitos sociais no campo, de definitivo deslocamento da pressão camponesa sobre a terra originada dentro ou fora da fronteira física dos latifúndios ou na enorme poalha de minifúndios. A radical incapacidade deste tipo de reforma agrária para provocar uma mínima redistribuição da terra e da renda agrícola levou o governo Lleras Restrepo a propor, como novo objetivo da modernização capitalista, a redistribuição do crédito agrícola por meio de associação de usuários camponeses nas quais deviam integrar-se beneficiários da reforma, minifundistas, colonos, parceiros e arrendatários de terras. A Associação Nacional de Usuários Camponeses foi criada em 1967; em 1970 se reunia um primeiro congresso no qual estavam representados 450 associados municipais e 845 mil camponeses, e no ano seguinte se expediu um documento no qual se expressava, inequivocamente, a profunda mudança ideológica do campesinado. O primeiro mandato camponês proclamou, em 1971 (ANUC, reunião de Fúquene), a plena independência política do campesinado e a necessidade de “substituir o atual regime de propriedade, posse e exploração da terra pelo de *grandes unidades cooperativas de autogestão camponesa*, sobre a base da associação voluntária e o desenvolvimento tecnológico do campo”. Rompia-se assim, imprevisivelmente, aquele *estado de desorganização camponesa* que havia sido propriado pela República senhorial e pela contra-revolução gomista. O extremo zelo das classes latifundistas por bloquear ainda as formas mais inócuas de organização do campesinado se expressou em fatos como o de que, em fins dos anos 60, de 1 mil 826 cooperativas registradas, só três por cento tinham caráter agrícola e apenas filiavam 1,3 por cento da população rural ativa. A política do governo Pastrana Borrero (1970-1974) se orientou no sentido de debelar esta ameaça política, destruindo a ANUC como organização independente e procedendo à ilegalização sistemática das lutas do campesinado. A eliminação dos mecanismos legais criados durante o governo Lleras Restrepo para canalizar as pressões camponesas

e possibilitar o manejo dos conflitos agrários pelo Estado propagou, nos anos 70, as formas mais subversivas de expressão desses conflitos sociais: as incensantes, generalizadas e maciças invasões de terras.

Deu-se assim que um efeito insuspeitado e indireto da reforma agrária consistiu em que — através das múltiplas associações de usuários de serviços públicos, cooperativas, empresas comunitárias, sindicatos rurais — o campesinado foi-se transformando numa força social e política independente do condomínio oligárquico ao tomar consciência do problema da terra e ao ver novamente frustradas suas expectativas. Não obstante a concentração de esforços e a mobilização de recursos estatais no fomento da exportação de açúcar, algodão, tabaco e bananas — embora às custas de provocar seu progressivo encarceramento no mercado interno —, a taxa de crescimento anual destas exportações básicas conseguiu passar de 0,1 , 0,4 por cento para 5,1 por cento 1950-60 e 1966-73, mas o crescimento do produto agropecuário mal conseguiu aproximar-se da taxa do crescimento populacional.

Por outro lado, nem as políticas de modernização da agricultura nem a reforma agrária conseguiram substituir importações que — computando só as originadas nos Estados Unidos — alcançaram entre 1973 e 1975 um nível de 257 milhões de dólares, isto é, cerca da metade ou da terça parte do valor anual da exportação cafeeira.

O núcleo nevrálgico do modelo colombiano de capitalismo dependente radicou na necessidade de apoiar o *crescimento econômico* (avaliado em termos de incremento da taxa de acumulação de inversão e de produto nacional por habitante), na deterioração das condições sociais, na degradação ou no congelamento do *salário real* e na tendência histórica a uma participação decrescente ou congelada do trabalho na receita nacional, de acordo com a natureza das relações sociais e políticas entre as classes em cada um dos ciclos históricos. A experiência da sociedade colombiana tem demonstrado que qualquer projeto de fundamentação do crescimento econômico numa acentuação das formas de opressão social e numa degradação conjunta das condições de vida das classes trabalhadoras (desemprego aberto e subemprego, expansão da marginalidade social nas cidades e nos campos, deterioração dos salários reais como efeito dos processos inflacionários, menores possibilidades de acesso às instituições públicas de educação, saúde, segurança social) tem exigido um fortalecimento das ajustadas engrenagens que configuram o *absolutismo político*. Sem estas exigências vitais do sistema, não se poderiam explicar as tendências a uma maior concentração das faculdades do Estado na presidência e um correlativo desmantelamento das instituições características da democracia liberal. A reforma constitucional de 1968 foi uma resposta política a estas necessidades de preservação do condomínio oligárquico, apressando a crise de um parlamento despojado de suas funções essenciais dentro do Estado. Em 1976 o presidente Ló-

pes Michelsen propôs uma nova reforma constitucional, com o objetivo de privar os corpos representativos — assembléias e câmaras municipais — de suas faculdades de eleição de gerentes e dirigentes das empresas e dos serviços públicos nos níveis regional e local. Completar-se-ia assim — por intermédio de uma constituinte paritária — a parábola da concentração absoluta da capacidade de decisão nos diversos planos político-administrativos do Estado.

Uma das mais agudas expressões da degradação das condições sociais tem sido o *desemprego aberto*, assim como as variadas e complexas formas do subemprego urbano e rural. De acordo com recentes investigações da Organização Internacional do Trabalho, o desemprego aberto chegou a compreender mais de um milhão de pessoas, cerca de 18 por cento da população ativa. Dez anos depois de realizada a investigação, essas formas de desemprego têm flutuado entre 12 e 16 por cento da força nacional de trabalho, sem que, por outro lado, se haja estabelecido no país nenhuma forma de subsídio para enfrentar semelhante problema vivido, exclusivamente, pelas classes trabalhadoras. No período 1965-1970 — um dos mais coerentes no ciclo histórico da Frente Nacional Bipartidária — a população ativa crescia a uma taxa de 3,6 por cento anuais e a capacidade real de emprego apenas aumentava a um ritmo de 2,2 por cento. Fracassada a política de redução do desemprego por meio da concentração do esforço inversionista na indústria de construção urbana, assim como o propósito de bloquear as torrenciais migrações camponesas às cidades por meio da reforma agrária, só ficaram de pé algumas tendências, como a de financiar o emprego por meio de uma redução conjunta dos salários reais: daí que enquanto em 1970, 940 mil trabalhadores filiados ao Instituto Colombiano de Seguros Sociais percebem um salário total mensal de 1.822 milhões de pesos, em dezembro de 1974 se havia incrementado a massa de trabalhadores a 1,3 milhões e esta percebia um salário total mensal de 1.340 milhões de pesos em termos reais: ou seja, havia aumentado o emprego em 35 por cento, mas o fundo dos salários reais mal havia crescido em 1,8 por cento. Outra das expressões fundamentais deste esquema de crescimento econômico às custas do desenvolvimento social tem sido a política de *baixos salários*, não só através dos níveis estabelecidos pelas empresas patronais ou fixados pelo Estado como *salários mínimos* para longos períodos de dois a cinco anos, mas também através da manipulação de um dos mecanismos condicionadores da economia capitalista de mercado: o sistema de preços. Em junho de 1976 o salário industrial era de 3 mil 146 pesos mensais, mas o valor da *cesta básica familiar* para a classe operária havia subido para 4 mil 456 pesos. Em 1973 — nos finais do governo de Pastrana Borrero que centrou sua política de crescimento econômico na promoção do emprego através da indústria de construção — os trabalhadores que recebiam salários inferiores a 1 mil pesos mensais (cerca de 40 dólares) constituíam 92 por cento dos jornaleiros agrícolas, 86 por cento dos trabalhadores de serviços e 60 por cento dos operários.

Finalmente, a distribuição social da riqueza (uma das mais objetivas expressões da maneira como funciona a estrutura de uma sociedade e não um simples produto das políticas convencionais do Estado) tem sido na Colômbia bastante pior que a registrada no grupo de países andinos (Equador, Peru, Bolívia, Venezuela e Chile), no qual a metade da população — no momento de iniciar-se o processo de integração — recebia 15 por cento da renda total (100 dólares anuais), 40 por cento recebiam uma renda média de 300 dólares e cinco por cento — no topo da pirâmide — detinham entre 36 e 40 por cento da riqueza nacional. Nos finais da década de 60 (missão Musgrave), a metade da população — repartida neste larguíssimo território que se estende entre a miséria e a pobreza — recebia 14 por cento da renda, enquanto 10 por cento exerciam o controle sobre 50 por cento da renda total. Entre 1960 e 1968 — segundo as mesmas fontes —, a renda recebida por 50 por cento da população mais pobre diminuiu de 17,5 para 10 por cento, enquanto as receitas da população mais rica cresceram de 42 para 67 por cento. Uma investigação levada a cabo em 44 países subdesenvolvidos da Ásia, África, Europa e América Latina — publicada em 1971 pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional — revelou que a Colômbia é o país no qual a minoria mais rica (cinco por cento da população) controla uma proporção da riqueza nacional superior a 40 por cento, e no qual as maiorias pobres e despojadas de todo poder (60 por cento da população) apenas dispõem de uma proporção inferior a 16 por cento desta riqueza. A institucionalização do poder oligárquico nos últimos vinte anos tem tornado possível o funcionamento e a preservação de semelhante estrutura de distribuição da riqueza nacional, anulando o efeito das políticas liberais ou populistas tendentes a corrigir — por métodos tributários ou keynesianos — esses padrões de distribuição. Depois de quarenta anos de reforma tributária iniciada na República liberal, a missão Musgrave (que manteve a tradição das periódicas missões norte-americanas que desenham os esquemas de modernização capitalista) chegou à conclusão de que na Colômbia “a distribuição da riqueza, antes e depois de pagos os impostos, é praticamente a mesma” (1969). Não só ficava assim anulado o sentido distribucionista da reforma tributária do primeiro López, mas radicalmente abandonada a antiga aspiração histórica do liberalismo colombiano a de modificar os padrões de distribuição social da riqueza por meio do imposto direto e do reconhecimento do direito aos produtos do trabalho: “As reformas políticas não valem nada — proclamava desde 1853 um dos mais influentes ideólogos do liberalismo no século XIX, Manuel Murillo Toro — se não se fazem acompanhar de uma reconstituição radical do ordenamento social por meio do imposto direto e da constituição da propriedade sobre os frutos do trabalho”. Evidentemente, a característica fundamental do problema não só tem consistido no próprio fato da distribuição injusta e polarizada da renda, mas na política geral de dismantelamento das formas organizativas e populares e de ilegalização das lutas sociais orientadas pre-

cisamente para a modificação desses padrões e dessas formas de distribuição da riqueza, ou mais exatamente, dos resultados e produtos do modelo oficial de crescimento econômico: esse tem sido o papel designado para o absolutismo político.

Durante os vinte anos de *hegemonia compartilhada* e alternância liberal-conservadora na presidência da República (governos de Alberto Lleras Camargo, Guillermo León Valencia, Carlos Lleras Restrepo, Misael Pastrana Borrero e Alfonso López Michelsen) foi-se polarizando a luta social e se expressando — dentro deste cerrado esquema de absolutismo político — na forma de *dissidências táticas* dentro dos partidos oficiais (como nos casos do Movimento Revolucionário Liberal e da Aliança Nacional Popular em sua primeira fase histórica) ou de movimentos independentes e opostos revolucionariamente ao sistema de condomínio, como nos casos da Frente Unida de Camilo Torres, da Aliança Nacional Popular, a partir de 1970, ou do amplo espectro de organizações políticas e militares — com um denominador comum socialista ou comunista — que se têm galvanizado na oposição e têm ampliado sua área social de influência (MOIR na linha ideológica de Pequim, *Bloco Socialista* e União Socialista Revolucionária na linha trotskista, Partido Comunista Colombiano).

Nada mais alijado da realidade histórica que a imagem de uns anos 60 e 70 dominados pelo conformismo social e pelo tranqüilo exercício da hegemonia compartilhada. A análise dos movimentos sociais e políticos correspondentes a este ciclo final de conformação do *modelo de capitalismo dependente e democracia sem maiorias nem participação popular* tem demonstrado tanto a reiterada sucessão de forças de oposição e de resistência política — MRL, Frente Unida, Aliança Nacional Popular — quanto a capacidade do *sistema de hegemonia compartilhada* de debelar essas ameaças revolucionárias, de neutralizar o efeito de demonstração das grandes transformações ocorridas na América Latina e de assegurar, periodicamente, o cuidadoso desmantelamento das organizações com maior capacidade catalisadora e de mobilização popular. Por meio das *dissidências táticas* liberais e conservadoras, da fratura violenta ou do controle absoluto sobre a totalidade de elos do aparelho eleitoral, o condomínio bipartidário tem podido absorver as grandes ondas que sucessivamente foram desatadas pela revolução socialista de Cuba, pela constituição de um governo nacional-revolucionário no Peru, pelo acesso do socialismo chileno ao poder do Estado por uma via eleitoral, assim como o fracasso de uma Aliança para o Progresso que fez a América Latina perder um decênio de esforços para minorar o subdesenvolvimento ou aproximar-se das possibilidades do desenvolvimento. Na primeira fase do ciclo histórico — década de 60 — produziram-se alguns acontecimentos de significativa transcendência nos modos de *expressão e funcionamento* da sociedade colombiana contemporânea: a formação de novas centrais como a Confederação Sindical de Trabalhadores da Colômbia (CSTC) e a Confederação Geral do Trabalho (CGT), capazes de romper pro-

gressivamente a hegemonia das duas confederações oficiais (CTC e UTC) e de operar como vanguardas políticas do movimento operário; a mobilização do campesinado e sua transformação numa força independente dos partidos oficiais e cuja dinâmica antilatifundiária se tem expressado no constante fluxo das invasões e ocupações diretas da terra; a organização sindical das classes médias — incluindo os profissionais liberais e trabalhadores a serviço do Estado — apesar da ilegalização de suas lutas e da negação de seus direitos à estabilidade no emprego e à contratação coletiva; a transformação qualitativa do movimento estudantil, escapando da influência tradicional do bipartidarismo e conquistando surpreendentemente o posto de vanguarda ideológica — nem sempre objetiva e crítica — da sociedade colombiana; e, finalmente, o florescimento e a multiplicação das *frentes guerrilheiras*, não só como efeito das *concepções foquistas* que se propagaram na América Latina nos anos 60, mas como consequência política da eliminação de *alternativas legais de governo* em que se tem fundamentado o sistema de condomínio.

Embora todos os esforços do sistema político se tenham orientado no sentido de obstruir, impedir ou desmantelar qualquer força organizada de oposição — com capacidade de aparecer como uma *opção de governo* — o descontentamento popular foi tomando diversas formas e expressando-se em algumas grandes direções: a do MRL, dissidência tática do liberalismo, dirigida a neutralizar o profundo impacto da Revolução Cubana nas novas gerações universitárias e em amplos setores do movimento operário e camponês; a Frente Unida de Camilo Torres, que desenhou uma estratégia de *unidade popular* mas não conseguiu criar — num atropelado processo de três anos — as bases organizativas capazes de dar forma coerente, eficaz e dinâmica a essa unidade; a Aliança Nacional Popular de Rojas Pinilla que, depois de 1966, foi-se transformando — por intensa pressão das massas urbanas descontentes e frustradas — de *dissidência tática* dos dois partidos oficiais numa mobilização política identificada na atitude revolucionária frente ao sistema oligárquico do condomínio; e os diversos *focos* em que se tem centrado a luta político-militar; o do Exército de Libertação Nacional, no vale médio do Magdalena, comandado por Fabio Vázquez Castao; o das Forças Armadas Revolucionárias, nas regiões ao sul do vale do Magdalena, comandado pelo dirigente comunista Manuel Marulanda Vélez; e a do Exército Popular de Libertação, na bacia do rio Sinu, e no noroeste de Antioquia, dirigido pelo Partido Comunista M. L. (marxista-leninista). Estes *focos de ação guerrilheira* têm podido conservar-se desigualmente, ao longo de um decênio, embora não tenham conseguido ganhar uma capacidade de decisão militar e política, tanto pela impossibilidade de sua integração numa estrutura nacional de condução estratégica e tática, como pelo fato de que as diversas organizações de esquerda existentes no país ainda não amadureceram politicamente até o ponto de aceitar sua integração numa estrutura unitária, independente e nacional, capaz de assinalar para a sociedade co-

lombiana um novo rumo histórico e um projeto socialista de vida, identificando e mobilizando as forças protagônicas de semelhante transformação revolucionária: o movimento operário, o campesinado, as arenosas massas populares, as elites inconformistas da classe média, o artesanato insatisfeito, as vanguardas estudantis.

Neste processo histórico não só se têm identificado ideologicamente os dois partidos oficiais, como se têm definido os traços do modelo colombiano de capitalismo subdesenvolvido e dependente, em todas as esferas e circuitos da sociedade colombiana: em sua estrutura de classes, em suas relações sociais, em sua organização política, em seu sistema de poder, em seu aparato educacional, em seu tipo de universidade, em seu sistema de cultura e de valores. Daí que o fundamental na caracterização deste modelo histórico consista na possibilidade de definir suas leis de operação e de sustentação, especialmente em relação às possibilidades de funcionamento e reprodução do sistema econômico, com a vigência dos padrões de distribuição da renda nacional entre as classes sociais e entre a nação e o setor capitalista do mundo em que está inserida, com a manipulação dos mecanismos que determinam em última instância os salários e os preços, com a operação das instituições públicas de captação e distribuição de recursos assistenciais e de financiamento, ou com as formas de monopolização do poder do Estado através dos órgãos de representação, de operação e de controle. O tipo de absolutismo político que tem expressado o monopólio bipartidário sobre os aparatos do Estado e a necessidade crescente de fundamentar a legalidade sobre o estado de sítio e a concentração do poder numa presidência onímoda e cesarista não só tem impedido às forças de oposição a expressão e a participação na condução política, mas também tem utilizado os mecanismos de coerção e de corrupção do sistema — a paridade burocrática e orçamentária, a distribuição dos órgãos e serviços do Estado entre a clientela dos partidos oficiais, a alternância na presidência, o estrito controle sobre os aparatos eleitorais — para bloquear a possibilidade de que essas forças possam, legitimamente e por meios institucionais, aspirar à modificação de semelhante estrutura. Mas tem sido evidente que o sistema de condomínio oligárquico não só se fundamentou na manipulação descarada destes mecanismos, como também na preservação de uma *imagem republicana* e de uma *aparência democrática* que só exigem a presença física de eleições, parlamento, poder judiciário, alternância presidencial. A experiência histórica da Colômbia retifica a generalizada crença de que o absolutismo político só existe naqueles países onde se têm instalado cinicamente governos de força e de que não pode ele funcionar num sistema de legalidade. Na realidade, o absolutismo político nunca apareceu na história como uma carência absoluta de legalidade, mas como um sistema que é capaz de criar, *a seu bel-prazer*, sua própria e confortável legalidade. Em alguns setores da opinião pública latino-americana — se é que existe alguma — tem-se chegado a crer que o *modelo colombiano* constituía um exem-

plo de *responsabilidade compartilhada* para minorar os fatores de violência e para mobilizar os recursos nacionais para a instrumentação de um projeto comum de desenvolvimento. Na ordem interna, a existência de um monopólio sem fissuras sobre os meios de comunicação social — desempenhando um papel singularíssimo o controle que as *famílias presidenciais* (Santos, Ospina Pérez, Gómez, López Michelsen) exercem sobre a imprensa escrita, o rádio e a televisão — tem impedido, distorcido ou retardado a tomada de consciência das classes populares acerca da *maneira como existe* a democracia e *como funciona* o Estado de direito, assim como também tem impedido a situação da sociedade colombiana no mundo contemporâneo. Tem sido este um dos elementos de maior eficiência na sustentação do sistema e embora não tenha podido bloquear ou ocultar o descontentamento, a rebelião e o protesto, tem participado ativamente na desarticulação das forças sociais capazes de desmontar as estruturas que associam a dominação social e a dependência imperialista, assim como de construir um Estado autenticamente nacional, democrático, pluralista e aberto.

Dentro deste contexto histórico e social deve colocar-se o problema de se os grupos, classes e partidos que exercem mancomunadamente o condomínio sobre o Estado podem e querem desmontá-lo voluntariamente, abdicando ingenuamente de seus privilégios e de uma hegemonia que se iniciou com o plebiscito de 1958, mas que se desenhou politicamente com a crise da República liberal em 1945. Por um ou outro caminho, o sistema de *hegemonia compartilhada* se regula pela lógica do poder e, em consequência, não tende a limitar-se senão a perpetuar-se. O exame crítico da história contemporânea tem demonstrado que nem o condomínio oligárquico tem proposto sua auto-eliminação ou sua autodestruição, nem sequer tem aceitado a transformação de forças opositoras em *opções legítimas de governo*. “Os partidos têm sido substituídos pelos grupos de pressão”, dizia o presidente López Michelsen quando ainda era chefe do MRL (“Post-data a la alternación”, 1970), acrescentando que “o grave problema da democracia na América Latina tem sido a situação da oposição como alternativa de governo. O que na Colômbia se conhece como transmissão pacífica do comando tem sido um fenômeno excepcional. O opositor, o contraditor, tem sido considerado como um apátrida, como um inimigo público, que se via obrigado a recorrer à força para suplantar no governo os donos da verdade”. Também dentro deste contexto social deve analisar-se a *viabilidade política* das reformas, se estas podem alterar — na prática histórica — as regras do poder, os interesses e as aspirações dos grupos condutores e beneficiários do condomínio: daí que a reforma agrária não podia provocar a redistribuição da terra e da receita agrícola, mas sim orientar-se para as operações de reprodução da estrutura nos territórios baldios da periferia (colonização) ou para a organização de um mercado capitalista de terra agrícola (inversões estatais em obras de infra-estrutura física e social, aquisição estatal de latifúndios).

dios marginais, substituição da expropriação pela compra e venda comercial de terras etc.) ou para a incorporação dos camponeses ao mercado de insumos industriais; ou que a reforma tributária não podia operar como um eficaz e justo mecanismo de redistribuição social da renda e de diminuição das cargas fiscais que pesaram sobre as classes pobres — em aplicação dos princípios keynesianos utilizados pelo governo da nação hegemônica —, mas que devia, isso sim, cumprir a função arbitrista de aumentar em vários milhares de milhões de pesos, as receitas ordinárias do Estado, com o objetivo de financiar sua expansão burocrática e a fidelidade das clientelas eleitorais dos partidos oficiais sem comprimir os consumos suntuários das classes ricas ou sem tributar duramente as rendas do capital monopolista; ou que a reforma eleitoral não podia abrir as comportas dos aparatos eleitorais às forças de oposição ao condomínio, mas sim racionalizar a hegemonia por meio da criação de tribunais de composição paritária; ou que a reforma educacional não podia inspirar-se no propósito de que os treze milhões de jovens — menores de 21 anos — pudessem ter algum caminho de acesso à cultura e às instituições de formação profissional, mas sim que devia limitar-se a melhorar as condições culturais da população, a criar certas escalas de ascensão social e a adequar a universidade às demandas quantitativas e qualitativas do sistema capitalista de mercado.

Este constitui o cenário e o núcleo dos problemas vitais da sociedade colombiana contemporânea: nestes elementos se articulam o passado e o presente, mas também se define a viabilidade histórica da sociedade de amanhã. De um lado, integram-se os mecanismos do absolutismo político e o *desmantelamento prático* da democracia liberal: mas, de outro, precipita-se a crise de legitimidade democrática e de credibilidade deste tipo de Estado, desencadeando um dramático processo de desorganização e decomposição da nação colombiana. Essa decomposição opera e se expande por todos os circuitos das corporações, dos partidos, das pessoas físicas, do Estado: está presente nas novas raízes da violência, na insegurança social coletiva, na rápida proliferação da delinqüência, no desmoronamento da moral pública e privada, na penetração das mais poderosas máfias nos comandos do governo e dos partidos, na impunidade que constitui a necessária contrapartida da corrupção do judiciário, do Parlamento e das próprias instituições de vigilância e de controle. A política do Estado frente à decomposição social se limita à utilização pura e simples da força, à ilegalização da luta social, à repressão implacável e sistemática às greves, à multiplicação dos conselhos de guerra ou ao crescente fracionamento do sindicalismo. Em última instância, substituição do Estado liberal de direito por trinta anos de estado de sítio, de funcionamento regularizado da legalidade marcial, e de articulação do absolutismo político — não só em nível nacional, mas hemisférico também — ao acelerar-se a vitória dos povos que na Europa, Ásia, África e na própria América Latina marcham rumo à construção de uma sociedade socialista. O novo ciclo histórico — cujos germes podem já

descobrir-se na entranha mais profunda da sociedade presente — está íntima e indissolavelmente relacionado com a possibilidade e a capacidade de que o povo organizado assuma, diretamente, o pleno exercício da soberania econômica, social e política e empregue sua capacidade de decisão histórica na enorme e alentadora tarefa de criar uma nova sociedade colombiana. Este será o começo da nova história.

## V. BIBLIOGRAFIA

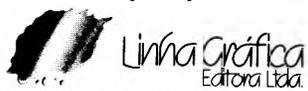
- ADELMAN, I. & C. T. MORRIS, "An anatomy of income distribution patterns in developing countries", *Development Digest*, out. 1971; "La distribución del ingreso en el análisis de los proyectos de desarrollo", *Finanzas y desarrollo*, Fondo Monetário Internacional, Washington, 1973.
- ALAMEDA, Raúl, MENDOZA, Alberto, PINEDA, Roberto, MARTÍNEZ, F. Guillén, *Temas colombianos*, Bogotá, Universidade Nacional-CID, 1973.
- Anales de economía e estadística*, Bogotá, Procuradoria-geral da República, 1949.
- ARRUBLA, Mario, *Estudios sobre el subdesarrollo colombiano*, Medellín, Ed. Oveja Negra, 1969.
- Asociación Nacional de Usuarios Campesinos, "La lucha de clases en el campo colombiano", *Ideología, Diseño y Sociedad*, 6, Bogotá, 1972.
- Banco de la República, "Informes de gerencia", "Cuentas nacionales", *Revista del Banco de la República*.
- Banco Mundial, *Bases de un programa de fomento para Colombia*, Bogotá, Banco de la República, 1951; *Desarrollo económico de Colombia, problemas y perspectivas*, Bogotá, Banco Popular, 1970.
- BAQUERO, Rafael, *La economía nacional y la política de guerra*, Bogotá, Ed. Labor, 1951.
- BEJARANO, Jesús Antonio, "El fin de la economía exportadora y los orígenes del problema agrario", *Cuadernos Colombianos*, 8, Bogotá, 1975.
- CAICEDO, Edgar, *Historia de las luchas sindicales en Colombia*, Bogotá, Suramérica, 1974.
- Cámara de representantes de Colombia, *Debate sobre la situación financiera y económica del país*, Bogotá, Impr. Nacional, 1937.
- CARDONA, Ramiro, *Las migraciones internas*, Bogotá, Asociación Colombiana de Facultades de Medicina, s/d.
- Centro Estadístico Nacional de la Construcción, *El poder adquisitivo de los salarios en Colombia, 1958-1974*, Bogotá, CENAC, 1974.
- CEPAL, *El desarrollo económico de Colombia*, Washington, 1955; "La política económica de Colombia en el período 1950-1966", *Boletín Económico de América Latina*, nº 2, Nova Iorque, ONU, 1967.
- CIDA, Missão FAO-OEA: *Colombia: tenencia de la tierra y desarrollo socio económico del sector agropecuario*, Washington, Panamerican Union, 1966.
- COLMENARES, Germán, *Partidos políticos y clases sociales*, Bogotá, Uniandes, 1968.
- COSTA PINTO, *Voto y cambio social — El caso colombiano en el contexto latinoamericano*, Bogotá, Tercer Mundo, 1971.
- CURRIE, Lauchlin, *Operación Colombia — Un programa nacional de desarrollo económico y social*, Bogotá, Dpto. Nacional de Estadística, 1961.
- DANE, *Boletines Mensuales de Estadística*, Bogotá, Departamento Administrativo Nacional de Estadística.
- DE LA TORRE, Cristina, *Colombia, camino al socialismo*, Bogotá, Alternativa, 1976.
- DIX, Robert, *Colombia: The political dimensions of change*, Yale, University Press, 1967.
- FALS BORDA, O., *Campesinos de los Andes*, Bogotá, Ed. Iqueima, 1961; *Historia de la cuestión agraria en Colombia*, Bogotá, 1975; *La subversión en Colombia*, Bogotá, Ed. Universidad Nacional, 1967.

- FELDE, Peter, *La situación actual de la industria manufacturera fabril en Colombia*, Bogotá, Ed. Mim. Ministerio de Desarrollo, 1970.
- FLUHARTY, Vernon, *Dance of the millions, 1930-1956*, University of Pittsburgh, 1957.
- FRIEDE, Juan, *El indio en la lucha por la tierra*, Bogotá, Instituto Indigenista, 1957.
- GAITÁN, Jorge Eliécer, *Las ideas socialistas en Colombia*, Bogotá, Concejo Municipal, 1949; *Gaitán, antología de su pensamiento social y económico*, Bogotá, Ed. Suramérica, 1968.
- GALINDO, Aníbal, *Estudios económicos y fiscales*, Bogotá, Imp. H. Andrade, 1880.
- GARCÍA, Antonio, *Geografía económica de Caldas*, Bogotá, Ed. Contraloría Nacional, 1937; *Gaitán y el problema de la revolución colombiana*, Bogotá, Ed. Cooperativa Colombiana de Editores, 1954; *Planificación municipal*, Bogotá, Concejo Municipal, 1949; *Problemas de la nación colombiana*, Bogotá, Mundo Nuevo, 1952; *Dialéctica de la democracia*, Bogotá, Cruz del Sur, 1972; *Una vía socialista para Colombia*, Bogotá, Cruz del Sur, 1974.
- GARCÍA, José María, *Economía y política social en Colombia*, Bogotá, Contraloría Nacional, 1941.
- GÓMEZ, Laureano, *Interrogantes sobre el progreso de Colombia*, Bogotá, 1929 (reedic. *Revista Colombiana*, 1970).
- GONZÁLEZ, Fernán, "Clientelismo y dominio de clase", *Controversia*, n.ºs 41-42, Bogotá, 1976.
- GUTIÉRREZ, José, *La rebelión colombiana*, Bogotá, Tercer Mundo, 1962.
- GUZMÁN CAMPOS, Germán, FALS BORDA, UMAÑA LUNA, *La violencia en Colombia*, Bogotá, Tercer Mundo, 1962.
- HERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Guillermo, *La alternación ante el pueblo como constituyente primario*, Bogotá, América Libre, 1962.
- JARAMILLO, URIBE, Jaime, *Ensayos sobre historia social colombiana*, Bogotá, Universidade Nacional, 1969.
- KALMANOVITZ, Salomón, *La agricultura en Colombia — 1950-1972*, Seminario DANE, Bogotá; "Auge y receso del capitalismo colombiano", *Ideología y Sociedad*, n.º 16, Bogotá, 1976.
- LEAL BUITRAGO, Francisco, "Política e intervención militar en Colombia", México, *Revista Mexicana de Sociología*, junho, 1970; *Análisis histórico del desarrollo político nacional — 1930-1970*, Bogotá, Tercer Mundo, 1973.
- LEBRET, Missão, "Economía y humanismo", *Estudio sobre las condiciones del desarrollo en Colombia*, Bogotá, Comité Nacional de Planeación, 1958.
- LONDONO, Carlos Mario, *Economía agraria colombiana*, Barcelona, Ed. Rialp, 1965.
- LÓPEZ, Alejandro, *Problemas colombianos*, Paris, Ed. Paris-América, 1927; *Idearium liberal*, Paris, Antorcha, 1931.
- LÓPEZ DE MESA, Luis E., *De cómo se ha formado la nación colombiana*, Bogotá, 1934.
- LÓPEZ MICHELSEN, Alfonso, "Postdata a la alternación — Intervenciones políticas de 1964 a 1970", Bogotá, *Revista Colombiana*, 1970; *Cuestiones colombianas*, México, Impresiones Modernas, 1955.
- LÓPEZ PUMAREJO, Alfonso, *Mensajes del presidente López al Congreso Nacional*, Bogotá, Imp. Nacional, 1939.
- LÓPEZ TORO, A., *Migración y cambio social en Antioquia durante el siglo XIX*, Bogotá, Universidad de los Andes, 1968.
- LLERAS, Alberto, "Un propósito nacional", compilação de discursos, Bogotá, Impr. Nacional, 1962.
- LLERAS RESTREPO, Carlos, "Informe del comité especial sobre la reforma agraria de la FAO", Bogotá, Banco de la República, 1971.
- MACHADO, C. Absalón, "El desarrollo de la economía cafetalera hasta la década de 1920", *Cuadernos Colombianos*, n.º 9, Bogotá, 1976.
- MADIEDO, Manuel M. *La ciencia social o el socialismo filosófico*, Bogotá, Imp. N. Ponton, 1863.
- MARTÍNEZ, Jorge A., *Aspectos cuantitativos de la población colombiana y sus relaciones con la disponibilidad de mano de obra*, Bogotá, Mim. SENA, 1959.
- MARTZ, J., *Colombia: un estudio de política contemporánea*, Bogotá, Tercer Mundo, 1969.
- McGREEVEY, W. Paul, *Historia económica de Colombia*, Bogotá, Tercer Mundo, 1975.
- MENDOZA PÉREZ, D., "Ensayo sobre la evolución de la propiedad en Colombia", *Revista Académica Colombiana de Jurisprudencia*, n.º 145, Bogotá, 1942.
- MESA, Darío, *Treinta años de nuestra historia*, Ed. Mim. Universidad Nacional, 1965.

- MOLINA, Gerardo, *Las ideas liberales en Colombia, 1915-1934*, Bogotá, Tercer Mundo, 1974.
- MONTAÑA CUÉLLAR, Diego, *Colombia, país formal y país real*, Bogotá, Ed. Latina, 1975.
- MORALES BENÍTEZ, Otto, *Reforma agraria, Colombia campesina*, Bogotá, Imp. Nacional, 1962.
- MUSGRAVE, Missão, *Bases para una reforma tributaria en Colombia*, Bogotá, Banco Popular, 1964.
- NIETO ARTETA, Luis E., *El café en la sociedad colombiana*, Bogotá, Oveja Negra, 1962; *Economía y cultura en la historia de Colombia*, Bogotá, Tercer Mundo, 1962.
- NÚÑEZ, Rafael, *Ensayos de crítica social*, Rouen, Cagniard, 1874.
- OIT, *Hacia el pleno empleo*, Bogotá, Banco Popular, 1970.
- OSPINA VÁSQUEZ, Luis, *Industria y protección en Colombia (1810-1930)*, Medellín, Oveja Negra, 1974.
- PARDO PARRA, Enrique, *Riqueza enajenada*, Bogotá, Tercer Mundo, 1971.
- PARRA SANDOVAL, R., *La dependencia externa y el desarrollo político de Colombia*, Bogotá, Ed. Universidad Nacional, 1970 (com Francisco Leal, Fernando Uricoechea, Álvaro Camacho).
- PARSONS, James, *Antioqueño colonization in western Colombia*, Berkeley, 1949.
- PECAUT, Daniel, *Política, sindicalismo en Colombia*, Bogotá, La Carreta, 1973.
- PÉREZ RAMÍREZ, Gustavo, *El campesino colombiano, un problema de estructura*, Bogotá, Iqueima, 1959; *Planas: las contradicciones del capitalismo*, Bogotá, Tercer Mundo, 1971.
- POVEDA RAMOS, Gabriel, "Antecedentes y desarrollo de la industria en Colombia", *Revista ANDI*, n° 4, Medellín, 1967.
- PRADILLA, Emilio, "La política urbana del Estado colombiano", *Ideología y sociedad*, n° 9, Bogotá, 1974.
- PREBISCH, Raúl, *Transformaciones y desarrollo, la gran tarea de la América Latina*, México, Fondo de Cultura Económica, 1970.
- QUIMBAYA, Anteo, *El problema de la tierra en Colombia*, Bogotá, Suramérica, 1967.
- RESTREPO, Antonio José, "El cancer de la usura", Bogotá, 1926.
- RESTREPO, José Manuel, *Historia de la revolución de la República de Colombia*, Paris, Americana, 1827.
- RINCÓN, Víctor, *Historia política y social de Colombia*, Bogotá, Mundo Andino, 1973.
- SAMPER, Armando, *Importancia del café en el comercio exterior de Colombia*, Bogotá, Federación Nacional de Cafetaleros, 1948.
- SAMPER, Gustavo, *Breve historia constitucional y política de Colombia*, Bogotá, 1957.
- SAMPER, José M., *Ensayo sobre las revoluciones políticas y la condición de las repúblicas colombianas*, 1867, diversas edições nos séc. XIX e XX.
- SAMPER, Miguel, *La miseria en Bogotá*, Bogotá, Imp. Gaitán, 1867.
- SANTA, Eduardo, *Sociología política de Colombia*, Bogotá, Tercer Mundo, 1964; *Uribe Uribe*, Bogotá, Triángulo, 1962.
- SEPÚLVEDA, Saturnino, *Pecados de la Iglesia*, Bogotá, ABC, 1971.
- SUÁREZ MELO, Mario, *Las empresas comunitarias en Colombia*, Bogotá, ICACIRA, 1972.
- TIRADO MEJIÁ, Álvaro, *Introducción a la historia económica de Colombia*, Bogotá, Universidad Nacional, 1971.
- TORRES, Camilo, *La violencia y los cambios socioculturales en las áreas rurales colombianas*, memória do Primeiro Congresso Nacional de Sociologia, Bogotá, 1963; *Las estructuras del subdesarrollo*, Bogotá, Mimeog. 1964; *Cristianismo y revolución* (obras completas), México, Era, 1970.
- TORRES GARCÍA, Guillermo, *Historia de la moneda en Colombia*, Bogotá, Banco de la República, 1945.
- TORRES GIRALDO, Ignacio, *Síntesis de historia política de Colombia*, Bogotá, Margen Izquierdo, 1972.
- TOVAR, Hermes, *El movimiento campesino en Colombia durante los siglos XIX y XX*, Bogotá, Ediciones Libres, 1975.
- UMAÑA LUNA, Eduardo, *Los derechos humanos en Colombia*, Bogotá, Crítica Jurídica, 1973.
- URICOECHEA, Fernando, *Modernización y desarrollo en Colombia*, Bogotá, Ed. Mimeog. Universidad Nacional, 1958.

- URRUTIA, Miguel, *Historia del sindicalismo en Colombia*, Bogotá, Universidad de los Andes, 1969.
- VAITSOS, Constantine V., *Transfer of resources and preservation of monopoly rents*, Edic. Mimeog., Conference of Harvard University Development Advisory Service, Dubrovnik, 1971.
- VALLEJO, Jorge, *Política agraria: la década del 60*, Cali, Edic. Mim. Universidad de Cauca, 1967.
- VILLEGAS, Aquilino, *La moneda ladrona*, Manizales, Zapata, 1932.
- VILLEGAS, Jorge, "Petróleo, Oligarquía e Imperio", Bogotá, Ed. ESE, 1971.
- VILLEGAS, Silvio, *No hay enemigos a la derecha*, Manizales, Cervantes, 1971.
- WEIS, Anita, *El papel de la Iglesia en la transición: El caso colombiano*, Bogotá, Universidad Nacional, 1970; *Estructuras de clases de Colombia*, Bogotá, Edic. Mimeog. Universidad Nacional, 1971 (em colaboraçã com Lucía Tarazona de Niño, Carneza Gallo, Jairo Duarte e outros).
- ZULETA, Estanislao, *Conferencias de historia económica colombiana*, Medellín, Centro de Investigaciones Económicas, Universidad de Antioquia, 1969.

Impresso por



SIG Q N LOTES 2327-33 CEP 70610-115 TELS. 224 7706-224 7704 7704 7708 BRASÍLIA DF



---

## COLEÇÃO PENSAMENTO LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

A Coleção Pensamento **Latino-americano e Caribenho** foi criada com o objetivo de apresentar ensaios de natureza política, econômica, social, cultural, filosófica ou literária da América Latina e do Caribe, na visão de historiadores dessa região. Sem perder de vista a perspectiva histórica, na coleção é analisada a situação atual desses povos, em particular o processo de colonização havido e, sobretudo, o processo de dominação existente. Integra a Coleção **Pensamento Latino-americano e Caribenho** a Série **América Latina: história de meio Século**, assim composta:

### VOLUMES JÁ EDITADOS

#### VOLUME 1

- Argentina
- Brasil
- Chile
- Paraguai
- Uruguai

#### VOLUME 2

- Bolívia
- Colômbia
- Equador
- Peru
- Venezuela

### Nos próximos volumes estudos sobre:

- El Salvador
  - Nicarágua
  - Costa Rica
  - Panamá
  - México
  - Guatemala
  - Honduras
  - Cuba
  - República Dominicana
  - Haiti
  - Porto Rico
-

# AMÉRICA LATINA

HISTÓRIA DE MEIO SÉCULO



2

BOLÍVIA  
COLÔMBIA  
EQUADOR  
PERU  
VENEZUELA

“A guerra era desde cedo inevitável. Por que os dois países mais pobres da região tinham de se lançar a uma tal aventura? Talvez porque supunham que o único que lhes restava era sua honra. A negociação era o único que pedia a lógica, mas não eram lógicos os homens que deveriam pensar na negociação. A diplomacia teria sido possível, mas somente se se tratasse de países não-submetidos a semelhantes pressões emocionais, acumuladas e jamais racionalizadas.” Esta é uma faceta da situação do início dos anos 20 enfrentada pela Bolívia que é analisada no presente volume. A obra contém ainda estudos sobre os 50 anos (de 1925 a 1975) dos demais países que formam o grupo andino (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela).

FLÁVIO CASTRO

ISBN: 85-230-0257-X